

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA
ATA N.º 04/2022
SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL

- Presidente:** - *Francisco José Esteves*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Ata da 1.ª Sessão Ordinária
25 de fevereiro de 2022** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Ata da 1.ª Sessão Extraordinária
01 de abril de 2022** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros**
- Outras presenças:** - **A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:**
- *Carlos Duarte Travanca*
 - *Vítor Manuel Correia*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Francisco José Clemente Sousa*
 - *Vera Cristina Quintela Pires Preto*
 - *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*
- Local da Reunião:** - **Auditório do Centro Juvenil Salesiano de Mirandela**

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Bom dia a todos, vamos dar início a esta 2.ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, cumprimentando a Senhora Presidente da Câmara e respetivo Executivo, cumprimentar as Senhoras e os Senhores Deputados Municipais, Senhoras e Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social e público em geral, desejando um dia bem conseguido, em termos de trabalho, a todos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Bom dia a todos e desejo também que os Trabalhos decorram da melhor forma possível.

Feita a chamada passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *João Carlos Malheiro dos Reis* é substituído pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

A Senhora Deputada *Diana Delfina Santos Costa* é substituída pelo Senhor Deputado *João Luís Belchior Tomé Pilão*;

A Senhora Deputada *Mariana Reis Ribeiro de Sampaio* é substituída pelo Senhor Deputado *Carlos Alberto Pinheiro Esteves*;

A Senhora Deputada *Camila Padrão Fraga* é substituída pela Senhora Deputada *Rute Isabel Trigo Gonçalves*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Gouvinhas *Rui António Assis Melo* é substituído pelo Senhor Tesoureiro *Sérgio Rui Rodrigues Ruivo*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído por *Hélder Armando Ruivo Castelo*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesias de São Pedro Velho **Maria Fernanda Fernandes Taveira Guerra** é substituída por **Miguel Filipe Andrade Borges**.

Queria ainda informar que, momentaneamente, o Senhor Secretário **José António Ferreira** vai ter que se ausentar por momentos, por questões pessoais.

Registo de Faltas.

João Carlos Malheiro dos Reis, Diana Delfina Santos Costa, Mariana Reis Ribeiro de Sampaio, Camila Padrão Fraga, Rui António Assis Melo, Joaquim António Morais Clemente, Maria Fernanda Fernandes Taveira Guerra.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *João Carlos Malheiro dos Reis*: Sessão de 29 de abril de 2022.
- *Diana Delfina Santos Costa*: Sessão de 29 de abril de 2022.
- *Mariana Reis Ribeiro de Sampaio*: Sessão de 29 de abril de 2022.
- *Camila Padrão Fraga*: Sessão de 29 de abril de 2022.
- *Rui António Assis Melo*: Sessão de 29 de abril de 2022.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 29 de abril de 2022.
- *Maria Fernanda Fernandes Taveira Guerra*: Sessão de 29 de abril de 2022.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1 - Atas - Leitura, discussão e votação da Ata da 1.ª Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022 e da Ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 01 de abril de 2022.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal **LUÍSA BELCHIOR** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Ata da 1.ª Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

Não havendo inscrições, passo à votação.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 1.ª Sessão Ordinária de 25 de fevereiro de 2022.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal **LUÍSA BELCHIOR** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente à Ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 01 de abril de 2022, pergunto se alguém se quer inscrever para intervir?

----- O Senhor Deputado Municipal **JOSÉ TROVISCO** (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É só um reparo, na passagem do meu discurso, onde está escrito “trama”, que fosse retificado para “tramo”.

----- Efetuada a votação obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Ata da 1.ª Sessão Extraordinária de 01 de abril de 2022.

1.º Período de Intervenção do Público

2 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal **LUÍSA BELCHIOR** disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Pergunto junto do público quem é que se quer inscrever para intervir?

Registo quatro inscrições do público.

----- O Senhor Município **MANUEL BRÍZIDO** disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

AA
AB
7/12

Senhor Presidente, permita-me que lhe faça hoje e aqui um agradecimento muito especial, não como Presidente, mas sim como um grande amigo da família. Obrigado pelo que tem feito por nós e continua a fazer, por uma pessoa que tanto precisa de ser ajudada, apesar que alguém me disse que eu não sou bem-vindo nem às Assembleias da Freguesia do Cobro, muito menos às Assembleias Municipais de Mirandela e passarei a explicar à frente.

25 de Abril, dia da liberdade, parece que algumas pessoas não sabem o significado do 25 de Abril, porque na segunda-feira dia 25 de abril de 2022, por volta das 17.00 horas, recebi um telefonema do Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cobro, a coagir-me para eu não ir às Assembleias ao Cobro, nem às de Mirandela, onde ele disse que: “As pessoas já andam saturadas, cansadas de me ouvirem”, porque, segundo ele, as coisas já podiam ter descambado e que eu não preciso nada daquilo. Até parece que alguém me dá alguma coisa quando venho a estas Assembleias aqui ou no Cobro! Parece que alguém me paga algo. Tudo o que eu disse é verdade, juro por dois netos que tenho.

Senhor Presidente, virei às Assembleias tanto aqui, como no Cobro e farei as minhas intervenções quando me apetecer, porque não é com uma ameaça que eu deixarei de o fazer ou de desistir. Que fique bem claro, eu sei que incomodo quando falo de pontos que não gostam.

Senhor Presidente, o risco não é uma ameaça, mas um aviso.

Senhor Presidente, em relação à Assembleia em Mirandela, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cobro disse que sou muito mais aborrecido, do que desejado por todos, até pela Mesa e pelo Senhor Presidente em causa. Mas eu não acredito, mas gostava que dissesse algo em relação a isto, porque se não este Senhor onde não chega, manda.

Senhor Presidente, em relação ao parque infantil no bairro Tua Sol, estou a ser muito incomodado com barulhos às 23.00 horas e 00.00 horas, o Senhor Vereador *Vitor Correia*, a quem tenho um agradecimento a fazer publicamente, acredito que esteja a fazer alguma coisa para que isso deixe de acontecer.

Senhor Presidente, em relação ao assunto do Cobro, ou seja, o saneamento, a Senhora Presidente em 2017 prometeu que, se ganhasse resolvia o problema e até ao momento nada fez. Querem-se os votos das pessoas, mas depois já não se lembram, não devia ser assim, prometeu, “se ganhar o problema vai ser tratado o mais depressa possível”, pergunto se o Senhor Presidente algum dia já veio à Câmara para falar exatamente do mesmo?

Senhor Presidente, uma nota, perguntar à Senhora Presidente que explique, aqui, nesta Assembleia, porque houve um acidente na minha aldeia há 17 anos, ainda com o Dr. *José Silvano* e o Eng.º *António Branco* na governação da Câmara Municipal e porque é que só agora, depois da estrada estar preparada é que andam a falar exatamente do mesmo, já lá vão 17 anos, isto é uma novela muito grande.

Senhor Presidente, a estrada da Freguesia do Cobro foi arranjada, ainda bem, hoje com linhas contínuas, raides, as manobras, ou seja, a condução não pode ser igual, há ramos de árvores de sobreiros, de pinheiros, de oliveiras, porque é que o Senhor Presidente não vem falar com quem de direito para o corte dos ramos que vêm para cima da estrada, para evitar acidentes.

Senhor Presidente, não queria complicar, mas apenas ajudar, mas o Senhor Presidente assim não o entendeu, mas tem muito que aprender, boa sorte para ele, arrogância não se serve quente.

Senhor Presidente, deixo aqui uma nota à Senhora Presidente da Câmara, o saneamento do Cobro que continuem a pagar, tudo bem, mas que não paguem o esvaziamento das fossas.

Um sábio disse: “Defenda-se com um sorriso, ataque com o silêncio e vença com a indiferença”.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cobro *ANTÓNIO MESQUITA* (PS) fez uma interpelação à Mesa:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu não venho aqui defender a minha honra, só pretendo fazer um esclarecimento pelo seguinte, a maior parte das pessoas conhecem-me e normalmente dedico-me a assuntos que mereçam a minha dedicação, os telefonemas privados para mim, como pessoa de bem, ficam comigo, eu só respondi porque tinha três mensagens no telemóvel e quando é assim, eu retribuo a chamada logo que possível, e foi-me colocada uma pergunta sobre o que é que eu achava das intervenções do Senhor *Manuel Brízido*, se me pede a minha opinião eu tenho de ser sincero e eu disse-lhe o seguinte: “se queria ouvir aquilo que ele quereria ouvir ou se queria a minha opinião?”. E dei a minha opinião, não lhe disse nada de mal, ele já o disse aqui.

Cabe-me a mim na minha Freguesia, eu tive uma educação e preocupo-me com isso, fazer bem às pessoas, foi por isso que fui eleito, eu quero a todas as pessoas da Freguesia como se fossem da minha família e a eles inclusivamente, sempre que é preciso eu atendo-o, só que, como eu aprendi, em certas horas não se deve telefonar às pessoas, porque as pessoas trabalham todo o dia, têm o tempo todo ocupado e a partir de certas horas querem chegar a casa e dedicar o tempo à família, eu se tenho que ligar a alguém, com quem tenho confiança até, tenho sempre o cuidado e atenção de ver que horas são, se as pessoas estarão a almoçar, se estarão a jantar, se já se terão levantado, essas preocupações eu tenho-as sempre.

Só queria fazer este esclarecimento porque eu preocupo-me muito que pessoas que trabalham e pessoas de bem, mesmo até em relação à igreja, não foi falado aqui, mas já agora aproveito, em relação à igreja, eu tenho muito cuidado em defender as pessoas que ajudam todos os dias, que têm vida própria mas que se dedicam e a maior parte das vezes são culpadas de certas coisas e a maior parte das vezes tem de se ter cuidado com as palavras.

Em relação aos sobreiros, a maior parte das árvores já foram limpas, o corte dos sobreiros já entreguei a quem tinha de entregar para fazerem o corte quando for necessário, mas as coisas têm de passar por papeis, por documentos e essas coisas têm de ser feitas com calma e ponderação.

Arrogância não é comigo, sou uma pessoa humilde, as pessoas que convivem comigo sabem perfeitamente como é que eu sou, se não fosse isso também não teria ganho as eleições, não fiz campanha nenhuma porque praticamente só dei uma volta na aldeia e não fizemos campanha nenhuma, no dia que estava marcado um comício faleceu uma pessoa na aldeia e eu fui o primeiro a dizer para se cancelar tudo, porque em primeiro lugar estão as pessoas, a família e o bem-estar da população e é com isso que eu me preocupo.

AA
16.
7/12

Em relação às fossas, eu já tinha esclarecido que já fiz o pedido, a Câmara Municipal já fez o despejo uma vez, mas eu também lhes disse que em princípio não pagam saneamento, soube a semana passada que as pessoas do Cobro não pagam saneamento. É isso que tenho estado a discutir com algumas pessoas e vamos arranjar a melhor forma para conseguirmos resolver o problema.

Em relação ao estudo, eu na altura da campanha eleitoral, aquilo que disse foi que, não prometi o saneamento no Cobro, disse que se iria fazer o possível para fazer o levantamento e o estudo e ver o que é que seria possível fazer.

----- A Senhora Múncipe *DÉBORA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Tenho 23 anos, sou mangualdense por nascimento, mirandense por adoção e dirigente Associativa por paixão.

Confesso que esta é a minha primeira intervenção em qualquer Assembleia Municipal e eu não podia deixar de me diplomar aqui na “Cidade Jardim” em Administração Pública sem ter esta participação. Já sei que as Assembleias são morosas aqui no Município e bem, é para isso que foram eleitos, têm de respeitar quem vos elegeu, têm que respeitar quem perdeu as eleições, para vos dar a vocês todos. Tem que haver uma forte capacidade de escrutínio público, de construção política, permitam-me, na qualidade de Presidente do Núcleo de Estudantes de Administração Pública aqui no IPB, quando há cerca de um mês, num Encontro Nacional de Estudantes de Administração Pública me perguntaram como é que eu faço para conquistar a participação dos mais jovens, eu respondi sem hesitar, que era dando o exemplo.

Então, é por isso que eu aqui estou hoje, acho que a Assembleia Municipal no seu funcionamento, nas suas Sessões, para além de ser um Órgão deliberativo, é uma escola e nas palavras do poeta *Rubem Alves*, “São uma escola com asas e uma escola de gaiolas” e queria também aproveitar esta minha intervenção, para agradecer a todos os mirandenses por me terem acolhido aqui no Município de Mirandela e eu prometo voltar e prometo incentivar os mais jovens a terem esta participação física aqui no Município e contribuírem para a implementação das políticas mais importantes.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Como sabem as palmas não são permitidas na Assembleia Municipal, mas dado o gosto enorme que tivemos ao ouvir esta intervenção, acho que as palmas vieram a propósito.

Muito obrigada, muito obrigada pela participação, muito obrigada pelo interesse, no que toca à Mesa da Assembleia Municipal muito obrigada pelo amor que criou em Mirandela.

----- O Senhor Múncipe *RUI NEVES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Como sabe o Ministério Público notificou o Município para se pronunciar sobre as recomendações do LNEC para interditar as habitações e o acesso aos edifícios vítimas da derrocada do LIDL e de alguns dos edifícios situados no lote inferior, por não estar garantida a segurança.

O Município deturpando a verdade respondeu que assegurou o cumprimento da decisão condenatória.

Deturpando a verdade, porque como sabe, o Perito nomeado pelo Tribunal escreveu no seu relatório que a decisão, não foi cumprida e, porque o Município não concordou com essa opinião do Perito, o Tribunal decidiu a realização de uma Perícia Colegial.

- A Perícia Colegial recentemente confirmou que a sentença não foi cumprida e aconselha a remoção de toda a massa deslizante, a elaboração de um projeto, a reconstrução do logradouro com recurso a uma estrutura de betão armado.

De todos os 5 quesitos da sentença não cumpriram praticamente nenhum. Esta é a opinião do Perito da Universidade de Coimbra, nomeado pelo Tribunal.

Com isto, anda o (Município e Particulares) desde 2017 a gastar milhares de euros em relatórios para confirmar o que todos já sabemos: Que a sentença não foi cumprida e colocando com isso em perigo a recuperação dos edifícios e a segurança de pessoas e dos bens.

A Senhora Presidente, na Assembleia Municipal (ata 8/2019) disse que os Engenheiros do LNEC (o mesmo LNEC que segundo a Senhora Presidente isenta o Município de responsabilidades na derrocada 2014, que disseram que não houve atenção quando se planearam os loteamentos e se permitiu a construção de casas em altura, quando devia ser em socacos, de forma a não ter muros tão altos. Foi a Senhora Presidente que o disse aqui, numa Assembleia Municipal.

Pergunto-lhe Senhora Presidente: Não é da Câmara Municipal a responsabilidade pela aprovação dos loteamentos, a sua fiscalização, e o deferimento dos pedidos de licenciamento?

Na Assembleia de dezembro respondeu-me que não entendia o que os particulares têm contra si, porque não era Presidente quando aconteceu a derrocada.

- Um Executivo é eleito para resolver os problemas dos municípios devendo por isso assumir tanto as coisas más, como as coisas boas dos anteriores Executivos.

- Em dezembro 2018, o advogado do Município, já falecido, enviou -nos um *e-mail* comunicando que o Município estava interessado em efetuar as obras definitivas e extinguir o processo através de uma transação a acordar. Vou-lhe lembrar algumas passagens desse *e-mail*: “Mantem-se a hipótese de adquirir os prédios dos seus clientes, no entanto o preço a pagar teria de ser objeto de prévia avaliação. Esta decisão, como lhe referi, destina-se a extinguir o processo judicial através de transação a acordar. Como calculará, seria interesse do Município efetuar as obras programadas, a fim de permitir o eventual regresso dos moradores,

fazer cessar os prejuízos que vêm sendo reclamados...”. Isto foi um e-mail que o seu Advogado enviou à nossa Advogada em dezembro de 2018.

- Por diversas vezes nesta Assembleia Municipal defendeu que se devia resolver primeiro o problema das pessoas e depois apurar as responsabilidades e que o seu Executivo estava empenhado em construir uma solução definitiva.

Perante tudo o que acabei de referir, Senhora Presidente, faço esta pergunta: O que é que a Senhora Presidente tem contra os particulares envolvidos na derrocada das casas do LIDL para estar a fazer exatamente o contrário de tudo o que tem dito, colocando em risco a recuperação dos edifícios, e aumentando exponencialmente os custos quer para o Município, quer para os particulares?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Vou começar a dar as respostas pela ordem de intervenção.

Em relação à intervenção do município *Manuel Brízido*, dizer-se que quanto às questões com a Junta de Freguesia do Cobro, foi de facto feito um esclarecimento pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia do Cobro e muito bem, relativamente às questões colocadas, tratando-se até de situações da Freguesia e portanto, de conversas naturalmente informais.

Relativamente ao parque infantil do bairro Tua Sol, esta foi uma infraestrutura solicitada várias vezes nesta Assembleia Municipal, houve um abaixo-assinado dos moradores, porque tem efetivamente muitas crianças e, portanto, foi a forma de podermos cumprir uma necessidade coletiva dos moradores. Relativamente à questão do ruído, obviamente que em todas as infraestruturas públicas poderá eventualmente existir algum ruído associado, mas efetivamente julgo que os moradores estarão a cumprir com o Regulamento do Ruído e julgo até pela convivência que este bairro em particular tem, é uma infraestrutura muito benéfica para a qualidade de vida no bairro, pese embora todas as situações ligadas ao ruído terem de ser acauteladas, vendo também a questão de que o parque tem de ser utilizado pelas crianças, impondo obviamente algumas limitações, mas é um parque público e foi construído para ser utilizado.

Em relação ao saneamento, a verdade é que estamos a executar uma obra no Rego de Vide, a situação do Cobro é uma situação muito particular e têm de ser os Técnicos, como disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia, a fazer essa análise, essa avaliação e a construção de uma solução que possa ser definitiva.

Quanto à questão do esvaziamento das fossas, a verdade é que Mirandela implementou já há muitos anos, que o saneamento iria ser pago e os moradores teriam uma limpeza da fossa gratuita, em virtude de pagarem saneamento, foi isso que foi acertado com os moradores já há muitos anos, não é só ali que isto acontece, é em todo o concelho, permitindo que haja um serviço de Câmara para esta limpeza.

Relativamente ao acidente na estrada, não conheço aquilo a que se refere, sei que a estrada foi bem requalificada, dentro daquilo que foi o projeto, é uma estrada que dá acesso a algumas aldeias, para além do Cobro, Rego de Vide, Fonte da Urze e neste momento a qualidade de circulação, a segurança é muito superior àquilo que existia e portanto, também é um compromisso que foi assumido e foi executado dentro daquilo que eram as expectativas coletivas das populações.

Relativamente à nossa jovem *Débora Rodrigues da Conceição*, agradecer a intervenção, como dirigente associativa julgo que é muito importante a participação cívica nestas Sessões. Bem-vinda e volte sempre, é muito importante ouvirmos e ouvimos com muito orgulho e muita satisfação a sua partilha e a importância do envolvimento dos jovens em todos os assuntos relacionados com a vida política, a vida social, a vida económica do nosso concelho.

Agradecer profundamente as suas palavras, julgo que toda a Assembleia Municipal partilha desta minha opinião.

Quanto à intervenção do Senhor município *Rui Neves*, dizer-se que obviamente não tenho absolutamente nada contra os moradores, é preciso dizer-se que não é só um morador, são vários moradores e portanto, todas as soluções preconizadas para o local teriam que ser aceites por todos e a questão tem que passar pelo apuramento das responsabilidades, ou seja, a Câmara Municipal é responsável pela derrocada ou a Câmara Municipal não é responsável pela derrocada.

Quando eu falei no planeamento do loteamento e vamos ter outras situações como esta questão da derrocada, são públicas, toda a gente conhece o que está recentemente a acontecer com outro imóvel e portanto, estamos a falar de situações, que à data, acredito que tenham sido feitas de boa-fé, mas o Município, a Presidente enquanto gestora de dinheiros públicos, se eu fosse privada e o dinheiro fosse meu poderia pagar efetivamente, sendo dinheiro público temos que apurar efetivamente responsabilidades. O Município assumirá as suas responsabilidades, se o Município assumir responsabilidades que não são suas, nós próprios também podemos vir a ser penalizados por pagamento indevido destas indemnizações ou de obras das quais não houve responsabilidade da Câmara Municipal.

Em relação aos moradores obviamente que é uma situação que todos compreendemos e estamos todos solidários, obviamente que sim, mas é uma situação que sendo os responsáveis terceiros, ou seja, todos os envolvidos, empreiteiros, responsáveis técnicos, responsáveis de segurança, obviamente que o Município não deve e não pode legalmente assumir responsabilidades que não foram suas. Aquilo que eu repito e sempre referi é que, a questão relacionada com o processo em Tribunal, é o poder judicial que está em causa, não é o poder deliberativo, nem o poder executivo. Obviamente que se tivéssemos que suportar custos da responsabilidade de terceiros, podiam-nos ser imputadas outras situações, nomeadamente de responsabilidade civil por pagamentos indevidos e por isso é preciso acautelar todas estas situações.

O que eu disse, à data, foi que há uma figura na lei que diz que em Estado de Emergência pode haver lugar à questão da construção de muros, essencialmente quando confinantes com a via pública, ou seja, muros de suporte da via pública. Ali é um caso particular porque é entre privados, a Câmara Municipal teria de fazer posse administrativa dos edifícios, porque a Câmara Municipal não pode intervir em terrenos privados no sentido de permitir a segurança, se fosse confinante com a via pública a Câmara Municipal teria toda a responsabilidade de assegurar a construção, como se tem assegurado, por Câmaras e Juntas de Freguesia, têm feito muros de suporte de via pública em relação a algumas situações e outras que ainda temos para resolver.

Naquele caso em concreto, como sabe, é uma situação que nos atormenta a todos, há muitos anos que é assim, nós temos vertentes complicadíssimas em Mirandela e quando falo nos loteamentos, vocês por essa cidade fora vêm escarpas enormes, com muros

enormes de sustentação de terras, será que a responsabilidade é da Câmara Municipal? Foi de quem aprovou os loteamentos? Foi de quem construiu? Também há muros que nunca caem e portanto estão bem construídos, ali efetivamente houve um conjunto de fatores que se alinharam para que aquilo acontecesse, designadamente a falta de esvaziamento das águas pluviais com um peso enorme. Eu tecnicamente já li muito sobre este processo, os Técnicos da Câmara Municipal suportam sempre e continuarão a suportar que a responsabilidade não é da Câmara Municipal, como aliás, têm vindo a ser ouvidos no processo, eu nunca testemunhei no processo, até porque são situações que à data eu não acompanhei, de qualquer forma apurando responsabilidades obviamente que a Câmara Municipal cumprirá aquilo a que for condenada, mas o dinheiro público tem de ser gerido com muita prudência, muita cautela e assegurando acima de tudo o interesse coletivo dos mirandenses.

Antes da Ordem do Dia

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Senhora Presidente, em primeiro lugar queria tocar num assunto que todos esperávamos que não voltasse a ser assunto, principalmente aqui nesta Assembleia como foi na Sessão Extraordinária de 28 de maio de 2021 despoletada pelo meu estimado colega *José Carlos Teixeira*, Presidente de Junta de Freguesia de Frechas.

Passado quase um ano voltamos a ter a empresa Eco Ambiente (empresa contratada pela Resíduos do Nordeste) a querer instalar em Vila Nova das Patas um parque de viaturas de recolha de lixo indiferenciado e posterior lavagem dessas viaturas em pleno perímetro urbano e a 50 metros de habitações familiares.

Tive eu e a população conhecimento disso de modo informal através dos funcionários da própria empresa, que após reunião com a entidade patronal, que no próximo dia 2 de maio ou seja na próxima segunda-feira tinham ordens que o seu local de trabalho passaria a ser em Vila Nova das Patas, pondo assim em causa questões ambientais, quer a nível do ruído, quer a nível de possível contaminação com resíduos de lixo, tal qual a Senhora Presidente referiu a quando da intenção da instalação no Cachão.

A Senhora Presidente teve também conhecimento disso no próprio dia e ambos tomamos algumas medidas, como nos compete, e para já temos a informação, embora não formal, de que para já não se vão instalar como previsto.

Mas isso não chega, essa informação informal não me convence nem deve convencer a Senhora Presidente. Todos pensamos após as declarações da Senhora Presidente quer nesta Assembleia, quer na comunicação social que o problema estava resolvido e que a solução apenas só podia ser uma, que seria a instalação desta empresa no parque ambiental como foi referido por vossa excelência.

A Resíduos do Nordeste é uma empresa intermunicipal onde o Município de Mirandela é um membro ativo, tendo assim, a Senhora Presidente bem como os outros autarcas que fazem parte, legitimidade para questionar esta descentralização de serviços para o perímetro urbano.

Senhora Presidente, andamos tanto tempo a lutar por um parque ambiental e que tanto trabalho deu para poder termos um vasto conjunto de serviços de tratamento e gestão de resíduos, para depois deixamos de ânimo leve acontecer estas situações? Se o contrato que a Resíduos do Nordeste fez com a empresa Eco Ambiente não foi o melhor por não prever um lugar para os camiões parquearem ou mesmo serem lavados, os membros ativos tem de questionar e não permitir que ponham em causa para aquilo que fomos eleitos, que é sempre e sempre defender os interesses da nossa população. Estou certo que todos os autarcas em conjunto com a Resíduos do Nordeste encontrarão uma solução. O que não podemos é esperar de braços cruzados e passado quase um ano volta a existir os mesmos problemas.

A Junta de Freguesia já fez chegar à Senhora Presidente da Câmara Municipal de Mirandela *Júlia Rodrigues*, ao Senhor Presidente do Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste *Hernâni Dias*, Presidente do Município de Bragança, ao Senhor Diretor Geral da Resíduos do Nordeste Dr. *Paulo Praça* e ao Gabinete do Senhor Ministro do Ambiente, um abaixo-assinado de solicitação coletiva e de interesse comum a pedir que evite esta situação. Considero este pedido muito importante, de uma participação cívica relevante, afastada do populismo que às vezes vemos nas redes sociais que normalmente vive do abandono das responsabilidades cívicas, a favor da zanga, do ressentimento e da impotência.

Como já o fiz anteriormente, em meu nome e de toda a Freguesia solicito aqui e à Senhora Presidente que de uma forma sagaz imponha o direito que lhe assiste de participar na atividade da Resíduos do Nordeste por forma a que situações como esta não se voltem a repetir e que a solução do problema em causa seja definitivamente resolvida, tomando em consideração também o abaixo-assinado recebido.

Relativamente a outra questão, tenho conhecimento que está a ser feito mais um abaixo-assinado em Carvalhais. Este não é só um problema que afeta a Freguesia de Carvalhais, mas é também um problema que afeta todos os Presidentes de Junta, cada um de nós nos seus bairros em Mirandela.

Os animais errantes.

A entrada em vigor da Lei n.º 27/2016, de 23 de Agosto, aprovou as medidas para a criação de uma rede de centros de recolha oficial de animais e estabeleceu a proibição do abate de animais errantes como forma de controlo da população. Nos termos do número 4, do Artigo 3º do referido diploma legal, “*O abate ou occisão de animais em centros de recolha oficial de animais por motivos de sobrepopulação, de sobrelotação, de incapacidade económica ou outra que impeça a normal detenção pelo seu detentor, é proibido, exceto por razões que se prendam com o estado de saúde ou o comportamento dos mesmos.*”

Desde logo a Ordem do Médicos Veterinários alertou para variadíssimos problemas, dos quais destacou a divergência ente a legislação que obriga a que os municípios façam a recolha dos animais errantes e a legislação que proíbe o seu abate.

AA
AB
7/2

Os direitos dos animais são, sem sombra de dúvida, uma conquista civilizacional, pelo que o combate ao abandono e aos maus-tratos dos animais deve ser uma prioridade. Todavia, o que se constata com a implementação da Lei n.º 27/2016, de 23 de agosto é que garante poucas conquistas na área educacional e de combate ao abandono, centrando-se sobretudo nos aspetos formais do funcionamento dos centros de recolha animal e na proibição do abate dos animais ali alojados. Como não se verifica uma diminuição efetiva do abandono e os centros de recolha estão sobrelotados, a Lei acaba por ter um efeito pernicioso e contrário aos princípios que a nortearam, contribuindo mesmo para o aumento e proliferação de animais abandonados e/ou errantes.

Pese embora o esforço do Município de Mirandela na captura dos animais errantes, ainda assim, considero que falta uma política voltada para este tema.

Assim, confronta-se a Freguesia de Carvalhais (e decerto muitas outras pelo concelho) com o problema concreto que resulta da sobrelotação da consequente falta de captura dos animais abandonados, constituindo assim uma ameaça para a saúde pública uma vez que podem ser transmissores de doenças, podem ferir pessoas ou mesmo outros animais, principalmente os que se encontram em pastoreio, podem ser responsáveis por danos materiais, barulho, destruição de sacos de lixo, defecação em via pública, podem provocar acidentes rodoviários e causar receio de circular na proximidade de um animal ou matilha.”

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Como todos sabemos, para a boa governação, seja dum município ou dum país... deve haver “oposição”, isto é, no processo governativo democrático, os que estão em menor número (em minoria, portanto), integrando grupos políticos organizados ou informais, devem ser ouvidos e deve ser tida em conta a sua opinião, mesmo que discordante da de quem governa, contribuindo, assim, decisivamente para a melhoria do desempenho no exercício do poder executivo ou deliberativo!

Bem sei que estas considerações podem ser vistas como um mero lugar-comum, mas não deixa de ser de extrema importância, até porque decorre da Lei, aliás como se pode perceber através do conteúdo do Anexo 1 do Relatório de Atividades_2021, denominado Relatório de Avaliação do Grau de Observância do Direito de Oposição, que se encontra na documentação distribuída e que terá sido facultado a todos os titulares do Direito de Oposição – em separado e em devido tempo (com apenas 8 páginas) –, para que sobre o assunto se pronunciassem... Desconheço se o fizeram...!!

Se bem que o exercício do Direito de Oposição tem como sede própria privilegiada e mais nobre palco as Reuniões de Câmara Municipal e as Sessões desta Assembleia, por outro lado, todos os titulares do direito de oposição e os munícipes em geral dispõem ainda de mecanismos e ferramentas para exercer cidadania ativa e fazer chegar as suas legítimas reclamações, sugestões ou pedidos de informação – exercendo, assim, plenamente o direito à informação, de consulta prévia, de participação e de depor, ou seja, de oposição – junto de quem tem o poder.

Além dos locais mais vulgares para esse efeito, como sejam os balcões e pontos de atendimento, refiro-me aqui aos meios acessíveis a quem tem por hábito usar as redes sociais e que, desse modo, também podem muito bem aceder ao *e-mail* geral e ao portal eletrónico do Município, onde irão encontrar:

- Livro de Reclamações Online
- O sistema “Ocorrências – MirandelATENTA”
- Consulta Pública

Com efeito, estas ferramentas eletrónicas (desenvolvidas e disponibilizadas ainda antes de 2017), permitem encaminhar sugestões, reclamações, ocorrências ou pedidos de informação diretamente para os serviços com as competências específicas em função da tipologia das mesmas e obter respostas com a prontidão possível.

Contudo, há uma franja da população opositora que, em vez disso, faz uso da crítica fácil e desprovida de fundamento, pouco inteligente, claramente populista e demagógica ao mais alto nível, nesta espécie de “soalheiro” em que se transformaram as tais redes sociais...

A coberto de uma certa impunidade, os heróis-do-teclado, de forma algo obsessiva, dedicam-se a exaltar a maledicência e o vilipêndio, falando com suposta propriedade de todos os assuntos e mais alguns como se de especialistas se tratasse... Sabem de tudo! Conseguem ter opinião formada sobre os mais variados aspetos do dia-a-dia da administração autárquica...

Parafrazeando o maior laureado da Literatura Portuguesa, *José Saramago*, “O problema não é que as pessoas tenham opiniões, isso é ótimo. O drama é que as pessoas tenham opiniões sem saberem do que falam.”

E esse “drama” atinge proporções, por vezes a raiar o ridículo, a ponto de já só faltar atribuir culpas à Sr.ª Presidente, à sua equipa, aos dirigentes e aos trabalhadores do Município pelo facto de as árvores de folha caduca ficarem despidas no inverno... ou porque uma geada tardia queimou as flores acabadas de plantar...!!!

Os eleitores Mirandelenses desejam uma oposição com atitude firme, é certo, mas feita com urbanidade, assertiva, consequente e congruente...

Em tempos não muito distantes, o Partido Socialista fazia parte do grupo dos titulares do direito de oposição e, não por culpa do partido que detinha o poder, mas sim – a meu ver – por sua própria culpa e por falta de massa crítica interna, nem sempre exerceu devidamente esse quase sagrado direito de oposição...!

Parece-me que – e digo isto com todo o respeito – é o momento para o maior partido da oposição refletir internamente, já sem ressabiamentos, sem leviandades, mas sim com maturidade democrática, sobre algumas posições que, em seu nome, são tomadas em praça pública...

Senhor Presidente,
Senhores Deputados,

É também o tempo de unir esforços na defesa dos valores democráticos globais, em face da guerra hedionda que grassa não muito distante de nós e que, segundo notícias desta madrugada, afrontou o mais alto defensor da ordem e da paz no mundo e que é português, o Secretário Geral da ONU...

Termino, mudando um pouco de assunto, lembrando a todos os membros desta Assembleia que, enquanto Deputados Municipais, um dos mais importantes deveres perante os nossos eleitores, que se encontra vertido no Regimento (na al. g) do n.º 3 do art.º 63.º), é manter um contacto estreito com as populações de forma a auscultar os seus principais anseios..."

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *JOSÉ CARLOS TEIXEIRA* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu não vinha preparado para intervir, mas fiquei estupefacto quando o meu colega Presidente de Junta abordou novamente o tema do lixo, dos carros do lixo e a lavagem dos contentores, eu presumi que isso já estivesse resolvido com base nas declarações da Senhora Presidente na Assembleia Municipal de 25 de junho de 2021, quando afirmou e vou citar: "... é uma instalação definitiva de lavagem e desinfeção dos veículos no parque ambiental, mas afastado das populações...", afirmou aqui que ia fazer um parque ambiental, eu agora depreendo disto que foi um malabarismo político e enganou os mirandelenses, um ano depois nada foi feito. Andou a entreter o Cachão um ano, agora anda a entreter Vila Nova das Patas e depois qual será a próxima Freguesia.

Também se fala muito no Presidente da Junta, aqui nos bastidores, nos corredores do auditório, de que fala sempre, que já é guerra pessoal com a Senhora Presidente, estão todos equivocados, já o falei também que tenho muita estima política e admiro muito como política a Senhora Presidente da Câmara.

Falando de factos, se bem se recordam na última intervenção de 25 de fevereiro de 2022, relativamente à ETAR do Cachão, que perdia milhares de litros de água, depois da minha intervenção, convido todos a irem visitar a estação de tratamento de água, não perde uma gota de água. Tenho que felicitar a Senhora Presidente pela rápida intervenção, isto significa que os Presidentes de Junta quando falam dão voz ao povo, dão voz àqueles que nos elegeram democraticamente com o boletim de voto, sem falsas promessas de emprego e etc..

Também recebi um telefonema de uma funcionária da Câmara Municipal a dizer que estou a fazer um mau trabalho relativamente à publicidade do carro da saúde. Se colocamos os cartazes na porta da igreja, muita gente não vai à missa, se os colocamos nos placards da Junta de Freguesia, muita gente não sabe ler, se os publicamos na página do Facebook da Junta de Freguesia, nem toda a gente tem Facebook, bem, eu posto isto, já nem sei o que deva fazer.

Atrevia-me a deixar aqui uma opinião/sugestão à Senhora Presidente da Câmara Municipal, vocês até têm uma gráfica, até costumam mandar para a Junta de Freguesia de Frechas e presumo que para todas as outras, um A3 sobre o programa dos cinemas e uns flyers para a gente distribuir, tanto quanto eu sei o cinema está mais vocacionado para uma idade mais jovem, que hoje vocês até têm a possibilidade de comprar o bilhete online, eu sugeria que se calhar em vez de estar a gastar dinheiro nesses papeis e nesses tinteiros, que substituíssem essa parte do cinema, pela divulgação do carro da saúde e que enviassem para a Junta de Freguesia, eu assumo aqui perante esta Assembleia que coloco em todas as caixas de correio de todos os habitantes um flyer.

Já agora, só para terminar, se bem se lembram, a Senhora Presidente em plena pandemia andou a entregar kit's aos seniores para fazer ginástica, visto que não há natalidade temos de conservar os idosos que estão aqui e fez muito bem, toda a gente sabe qual foi o timing dessa entrega desses Kit's e eu agora pergunto, agora que estamos libertos de máscaras que a DGS já nos libertou, para quando a hidroginástica e a ginástica sénior? Quando está a pensar ser retomada pelo Executivo?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

De facto já assisti aqui a intervenções de grande qualidade, de facto o concelho não para e em relação à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, apenas dizer que, façam o vosso trabalho, que os outros farão o deles. Até porque muitas das queixas que a Oposição faz, a Câmara Municipal vai no dia seguinte a correr para resolver os problemas denunciados.

Em relação ao restante, responsabilidade da Oposição, dizer que o meu Partido Concelhio está num processo eleitoral, estou ansioso quanto à resolução do dia 28 de maio, para podermos definir um plano estratégico para os próximos quatro anos e por forma a ajudar igualmente o Município de Mirandela a resolver os problemas dos mirandelenses.

E com isto dizer o seguinte, até porque os problemas da Oposição contra a demora ou a entrega dos documentos, é um queixume recorrente, porque sabemos perfeitamente que muitas das vezes estes trabalhos aqui realizados na Assembleia Municipal são feitos à pressa o que não dignificamos de maneira nenhuma a qualidade da democracia, sob pena de alguns cravos nesse dia murcharem.

Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que a Assembleia Municipal tomou partido pelo problema que existe da sustentabilidade, da estabilidade da ponte Eng.º Machado Vaz, perguntava-lhe se já sabe de quem é a ponte? Perguntava igualmente se já sabe a quem pertence ou é o proprietário da ponte Românica?

Sobre a derrocada do Lidl, dizer-lhe Senhora Presidente, que a política pode muito bem sobrepor-se às decisões do Tribunal. Julgo que existem meios e que a política se deve sobrepor às decisões dos Tribunais. Dizer-lhe que Mirandela, não sei por culpa de quem, mais parece uma guerra, felizmente sem balas nem canhões, mas com prédios em derrocada, outros edifícios em demolição e tantos são os edifícios devolutos, mais parece uma guerra da democracia, que as leis democráticas pelos vistos permitem fazer tudo a todos e aqueles que porventura estão munidos de objetivos mercantilistas.

Senhor Presidente da Assembleia, perguntava-lhe e era bom que assim já tivesse acontecido, se esta Assembleia já está a ser filmada? Porque os temas aqui levantados e o tema principal hoje aqui em discussão para aprovação, que é o Relatório de Prestação e Contas, corroboro da sua opinião, quer o Orçamento, quer o Relatório de Prestação e Contas, deviam ter uma Assembleia de Ponto único, por forma a debatermos na generalidade e depois porventura passarmos para as especialidades.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Venho falar de cadastro predial dizendo que: considero o cadastro um “peso pesado” dos mecanismos de gestão territorial.

Que considero que o conhecimento do território é condição essencial num estado de direito.

Que são numerosos e variados os domínios da nossa vida coletiva que dependem de um conhecimento rigoroso dos limites fundiários.

Que todas as operações ligadas ao ordenamento do território estão dependentes de um conhecimento rigoroso da delimitação das propriedades: o planeamento, o loteamento, as transmissões, o ordenamento e a exploração florestal... as expropriações.

Venho aqui falar do BUPi - Balcão Único de Prédio, Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto, que criou o Cadastro Digital Predial Simplificado.

E Citando o BUPi:

- Dos 174 municípios com falta de cadastro, 141 já aderiram ao Cadastro Simplificado e utilizam o Balcão Único de Prédio.
- O cadastro simplificado assenta numa base declarativa dos proprietários dos prédios e é um regime que tem como objetivo agilizar o conhecimento do território dos Municípios.

Mas quero, antes de mais, informar da minha posição de crítico a este modelo de execução do cadastro, comparado com o anterior modelo de execução de cadastro, no que toca principalmente à identificação e delimitação do modelo físico e do rigor dessa delimitação no terreno.

Porque não concordo com o simplificar, ou agilizar como é designado, dos procedimentos de aquisição de um mecanismo de gestão territorial, tão importante e primordial para o desenvolvimento do país,

Até compreendo que se pretenda recuperar décadas de atraso neste contexto, mas "acelerar" desta forma, deixa-me muitas reservas quanto à qualidade do produto final...!

A isenção de taxas associadas a este regime, mas fico com a dúvida se este será um regime democrático, tendo em conta a alteração de áreas e porventura a alteração de um novo valor patrimonial.

Os proprietários são convidados a proceder ao registo das suas propriedades no Balcão de atendimento, na dependência da Câmara Municipal, mas insistem na vantagem de o fazer numa Plataforma *online*, insistem muito nisto... Porquê?

É-nos dito que:

"número de sobreposições detetado até agora é reduzido (1,5%)" e estão em curso "os desenvolvimentos necessários para corrigir e evitar esses conflitos"

Este ponto é muito importante e conviria saber mais sobre a qualidade da georreferenciação, que garante a unicidade e rigor das estremas.

No modelo anterior de cadastro, o qual também criticava, dada a sua burocracia elevada:

Os prédios que fossem identificados ficaram totalmente operacionais e com direta correspondência com as matrizes do Serviço de Finanças e da Conservatória do Registo Predial, assegurando desde logo a operacionalidade jurídica. O problema residia na percentagem de prédios sem registo predial e a elevada dificuldade de harmonização entre os registos nestas instituições, que está ainda por regular, foi, ao que tudo indica, a grande limitação da concretização daquele modelo e, porventura, a linha de partida para o BUPi.

Naquele modelo os três pilares do cadastro eram:

O Cadastro Predial

Que assegurava a exatidão da caracterização geoespacial de cada prédio rústico, com elevada margem de rigor, mas um processo rigoroso e muito caro.

Este pilar é eficazmente assegurado pelo BUPi?

Que tipo de identificação é realizada no terreno para as estremas?

E quando o polígono é digitalizado em gabinete quem garante a confiabilidade da linha de estrema, fronteira com rios, estradas, taludes...?

A Matriz das Finanças, que lhe confere legalidade fiscal e administrativa, mas muito carente de atualização quanto a áreas e titulares. Há prédios registados em nome de pessoas falecidas há mais de 30 anos.

Este pilar é assegurado pelo BUPi?

A harmonização de áreas reflete-se na determinação de um novo valor patrimonial, quiçá já a pensar na revisão do IMI?

O Registo Predial, na Conservatória do Registo.

Que lhe conferia a legalidade jurídica quanto à posse, mas que, até há pouco tempo não era obrigatória, (incluindo o património do Estado. E aqui o Estado deu um bom exemplo, cerca de 2011, quando deu início ao registo do seu património, identificando e demarcando no terreno com rigor. Como vão ser tratados os baldios existentes, e os prédios não declarados até 2023?

Não consideram a hipótese de uma moratória mais alargada?

Segundo a DGT:

Cerca de 1.300.000 parcelas com cadastro em cerca de metade do território, a parte onde o relevo é mais suave e com predominância de latifúndio.

Isto significa que o BUPi vai incidir essencialmente no minifúndio e em regiões mais difíceis...!

2/3 do território português é ocupado por solo rústico...

24% do solo rústico Português está afeto à exploração produtiva da Floresta ...

36% encontra-se assilvestrado.

A carta cadastral do país mostra que, em 2017:

De um total de 308 Municípios, 174 não dispõem de qualquer tipo de cadastro do território (Norte e ilhas).

E que havia:

134 Municípios com Cadastro Predial (Centro e Sul)

127 com Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica (CGPR) ...

7 Municípios onde vigora o Sistema Nacional de Exploração e Gestão de Informação Cadastral (SiNERGIC)

Qual a cartografia que o BUPi utiliza como suporte, tendo em conta a ocupação fundiária do solo?

Está previsto alguma certificação da propriedade, por exemplo o NIP-número id. do prédio?

Qual o ponto de situação quanto ao cumprimento de prazos de execução e de reclamações?"

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *JOSÉ CABANAS* (Independente) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

O assunto que me traz aqui hoje é apenas reforçar o assunto que já foi colocado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *Nelson Teixeira*, os animais abandonados, canídeos e gatídeos.

Parece-me ser um assunto que começa a preocupar vários pontos do concelho, este assunto já foi abordado no Conselho Municipal de Segurança, já foi hoje abordado aqui e tem sido abordado por vários colegas. Parece-me que se está a tornar preocupante em vários pontos do concelho. Assim, venho reforçar a ideia.

Em relação à Freguesia de Abambres, é um assunto que me preocupa já há algum tempo, já no mandato anterior fiz uma comunicação ao Município, depois acabou por nada ser resolvido.

Agora, já neste mandato, no dia 03 de março, contactei os Técnicos do Município, andei a contactar os Técnicos durante todo o mês de março, não obtive qualquer resolução, foi-me dito algumas vezes, até para ajudar na captura e esteve a data da captura marcada, mas nada.

Uma vez que em março não foi resolvido, no dia 01 de abril, dirigi um *e-mail* à Senhora Presidente, ao Senhor Vereador responsável pelas Freguesias e ao Gabinete de Apoio às Freguesias, passou já o mês de abril e continua o assunto por resolver.

A questão é mais preocupante na localidade de Vale de Juncal, no centro de Vale de Juncal existe um local que há certamente cerca de 30 gatos e seis ou sete cães, em que uma das cadelas agora até teve cachorros e agora são cerca de 10. Não foram capturar os cachorros e está-se a tornar um assunto preocupante.

Eu sei e como foi dito pelo meu colega, a lei não permite o abate, o canil está cheio, mas as Juntas de Freguesia não têm condições para fazer a captura e trazer às clínicas os animais para fazerem a esterilização, esse serviço, julgo, que pode ser feito pelo Município, não podem capturar, não têm lugar no canil, mas podem capturar, esterilizar e devolver à comunidade, se não o número de animais aumenta exponencialmente e isto torna-se um problema para a nossa população, porque atacam as pessoas, as ruas estão todos sujas, neste tempo de calor começam a surgir as pulgas e as pessoas começam-se a queixar que junto às casa e nas escadas nem se podem lá sentar e descansar, porque estão cheias de pulgas e é um problema preocupante.

Por isso, aguardava a resolução deste problema por parte da Câmara Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS PIRES* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Antes de mais gostaria de recuar a segunda-feira, o 25 de Abril, para fazer um pequeno apontamento, eu ao contrário do que se disse aqui, não foi a primeira Sessão que se fez no 25 de Abril, lembro-me de ter assistido a uma Sessão nesse dia há uns anos e o meu reparo vai no sentido, podem dizer que é demagogia, mas para mim eu acho que a Câmara Municipal não está assim tão endinheirada para ter duas Sessões numa semana.

Não me parece muito apropriado, penso que esta Sessão de hoje poderia ter sido realizada no dia 25 de abril, quem fez o discurso nesse dia fazia os discursos na mesma e de seguida continuávamos os Trabalhos. Volto a dizer, é apenas uma opinião e respeito.

Em relação a outro assunto, vou começar pelo fim, a pedido da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho, hoje aqui ausente por motivos profissionais, convidar os presentes para a Feira do Vinho & Morango, que vai decorrer no próximo fim-de-semana, em São Pedro Velho.

Falando de São Pedro Velho, em alguns assuntos que também já partilhei aqui, um deles foi da iluminação pública, penso que foi numa Sessão de 2021, esta semana estive atento à iluminação pública, em São Pedro Velho penso que acendem por volta das 19h 50m, parecendo-me que bastava acenderem um pouco antes das 20h 30m, a diferença é de cerca de 0.5 hora e fazendo contas às 102 aldeias, à vila e à cidade, penso que o Município pouparia alguns milhares de euros na fatura da EDP.

Outro assunto que eu já trouxe aqui também, a praia fluvial, junto à ponte romana, eu penso que foi na Assembleia Municipal de dezembro e penso que a resposta da Senhora Presidente, não tenho total certeza, penso que me disse que no verão talvez já estivesse pronta, no entanto, como eu não vejo movimentação nenhuma, mas também não quero estar aqui a afirmar com toda a certeza, mas penso que foi a resposta da senhora Presidente na altura.

Outro assunto que eu queria trazer aqui e que já foi abordado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, é um assunto da atividade sénior, tenho-me vindo a esquecer que queria falar nisso porque as pessoas abordam-me nesse sentido, mas ao ler a Informação da Senhora Presidente constatei que a Senhora Presidente diz que já foram contactados os Senhores Presidentes de Junta nesse sentido e que iria ser retomada. Eu ontem, antes de falar nisto, tive o cuidado de ligar à Senhora Presidente da Junta de São Pedro Velho, ela disse-me que não tinha sido contactada e que não sabia de nada. Portanto, não sei em que ponto é que estamos.

Reforçar também esta situação e uma vez que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, também falou nisso, provavelmente essa informação não estará correta.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Gostava de manifestar aos Senhores o seguinte:

Estamos neste momento com 33 Deputados Municipais na sala. A mim e à Mesa, parece-nos, passo a expressão e eventualmente até o rigor talvez em exagero, parece-me pouco correto não estar a ouvir, fazer a sua intervenção e não ouvir a intervenção dos demais, até parece que não estão interessados noutros problemas que não sejam aqueles próprios das vossas intervenções.

Gostava que, de hoje para amanhã tivessem mais consideração e mais respeito também, para ouvir as intervenções de todos.

----- O Senhor Deputado Municipal *MÁRIO VILARINHO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“A minha intervenção de hoje será de elogio ao Executivo e à Senhora Presidente, mas não um elogio pelo elogio, bacoco, estéril. Não.

Não precisam deste tipo de elogio, até seria uma afronta a tudo o que de bom tem feito em prol do concelho e da população.

Não podemos fugir, nem escamotear a herança pesada que foi deixada a este Executivo, e não vale a pena virem aqui dizer que é passado, já o sabemos e assumimos o mesmo, mas que condiciona este concelho para voos mais altos, não temos dúvida e não somos hipócritas nem temos medo de o lembrar.

Porque o presente e o futuro são condicionados pelo passado, e do passado continuamos a falar ainda ao fim de 5 anos de Executivo PS, já que não chegava a dívida que vinha de traz, que apesar do rigor financeiro que pautou o Executivo anterior, conseguindo diminuir para metade a mesma dívida, os processos continuam a bater à porta a este Executivo.

Temos em mãos este processo do concurso anulado, que sem dúvida trás constrangimentos ao Município...mas principalmente aos que têm menos culpa, aos participantes do concurso que veem ser repetido, trazendo o angústia e incerteza.

Temos agora mais outro processo em mãos, um caso com 24 anos, a demolição de um prédio do Canal, que em 2015 houve a oportunidade de o Município ter alterado o PDM e criando condições para que o prédio fosse licenciado, não aconteceu e agora não é possível. Sem esquecer os prédios da Princesa do Tua em 2014.

Apesar destes problemas que nos perseguem, continua a fazer obra, poderia ser mais, dizem alguns, pois podia, houvesse dinheiro a rodo e concursos abertos com várias empresas interessadas. Mas nem uma coisa, nem outra, dinheiro é um bem escasso e a sua gestão bem rigorosa, os concursos abertos ficam muitas vezes, sem ninguém, já que os processos a concursos ficam desatualizados a cada dia que passa e os valores sempre a aumentarem, a culpa não pode morrer solteira dizem outros, é bem verdade, mas cada vez mais fica provado que não é por falta de empenho deste Executivo.

Mas basta olhar em nosso redor, e de certeza que todos os que se encontram aqui hoje se tiverem tempo ao sair desta Assembleia, se olharem com atenção conseguem observar o estaleiro (no bom sentido) que neste momento tomou conta da nossa cidade, e falo apenas dos mais óbvios, como a reabilitação do Bairro do GAT, da Escola Básica Luciano Cordeiro, a construção do Campo de Ténis, a Reabilitação do Espaço verde dos terrenos públicos contíguos à ESACT-IPB e da Estação de Caminhos de Ferro de Mirandela com o volume total de mais de 7 milhões de euros, aqui num raio de 500 metros e podemos continuar pela cidade, com o programa PAMUS1 (criação de vias pedonais e de rede ciclável que entre adjudicações, fiscalização prévia do TdC e já em execução vai em 9 milhões e trezentos mil euros e passando pelo Bairro da Cerdeira, pelo Centro Municipal de Proteção Civil até à Zona Industrial são mais 4 milhões e 400 mil euros, isto assim por alto e obras mais vistosas, que haverá muitas mais obras aí.

Estamos a falar de um movimento de cerca de 21 milhões de euros, trazendo dinâmica na cidade ao nível da restauração, hotelaria, comércio.

O legado deixado pelo saudoso Dr. *José Gama*, que sem dúvida projetou Mirandela para as primeiras páginas do país, fez e deixou obra para as gerações futuras, encontrou neste Executivo que é merecedor deste mesmo património, que o acolheu e iniciou a sua reabilitação, modernização e o seu aumento.

Mas nem só de obras vive o Homem.

Não passa despercebido também de todos a dinâmica que vai surgindo no nosso concelho ao nível cultural e desportivo, uma agenda cultural diversificada e para todos os públicos, eventos desportivos e as nossas feiras a espreitar conforme se vai aliviando as restrições.

Não posso deixar de agradecer aos nossos trabalhadores do Município, pelo empenho no embelezamento da cidade, e só por pura cegueira, haverá quem não se aperceba das mudanças ao nível dos jardins e parques, que no fim do outro mandato e na continuação deste, foi feito um trabalho meritório de reabilitação dos mesmos, além da criação de pequenos espaços pelos bairros que se encontravam devolutos. Meus Senhores e minhas Senhoras é um gosto ver esta cidade jardim novamente florida, podemos afirmar com orgulho que o Oásis do Nordeste está de volta.

Também devem existir coisas menos boas, acredito que sim, não me ocorre agora nenhuma, mas de certeza que a Oposição irá elencar.

Deixar aqui uma palavra ao Senhor *Manuel Brízido*, é um gosto tê-lo na “casa” da democracia, é sempre bem-vindo.

Por último e não menos importante deixar aqui uma nota de apreço à Mesa e à Comissão Permanente pelo trabalho desenvolvido e sua divulgação. Parabéns pelo vosso trabalho.”

----- A Senhora Deputada Municipal *PATRÍCIA BERNARDO* (PS) disse:

AA
AB
7/12

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Abril – Mês de causas tão especiais, 25 de abril e prevenção dos maus tratos infantis.

Hoje, partilho convosco algumas das inquietudes que me assolam enquanto Membro desta Assembleia e também da Comissão Alargada da CPCJ de Mirandela, em representação deste coletivo.

Na senda de proteção de Crianças e jovens e de forma a prevenir ou por termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

O concelho de Mirandela viu no ano transato, os casos sinalizados e trabalhados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, cifrarem-se em 167, com 100 transitados de 2020, 53 novos casos, 2 casos de transferências, e 12 reabertos.

Já os casos concluídos atingiram os 96, com 23 de arquivamento preliminar ou remessa, e 73 por cessação após análise.

Na passagem para 2022, estavam ativos 71 casos, mas bastava que fosse apenas 1 para devermos debater estas questões tão prementes, pois as problemáticas envolvidas vão desde a violência doméstica, à negligência, ao abandono e absentismo escolar, a comportamentos antissociais e/ou de indisciplina e ainda o *bullying*.

Julgo que é importante que os problemas evidenciados continuem a ser trabalhados em rede e que projetos educativos locais como o Programa Escolhas e o Plano Inovador de Combate ao Insucesso Escolar se mantenham no terreno, pois os passos que se estão a dar serão bons alicerces para a minimização destas problemáticas que muitas das vezes não permitem que a escola e a educação funcionem como elevador social e a marginalização socioeducativa se possa ir mantendo.

E porque importa cumprir Abril, dar vez e voz às crianças e jovens do nosso concelho, e com base no artigo 31.º alínea e) do nosso Regimento, venho por este meio apresentar a seguinte proposta, atendendo à natureza de interesse municipal da participação dos mais novos na democracia local:

“Proposta

Realização de Assembleias de Crianças e Jovens

Em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Mirandela, venho por este meio propor a realização de uma Assembleia Municipal de Crianças e Jovens, com envolvimento de representantes de todos os ciclos de estudo desde o infantil até ao 12.º ano, seja do ensino regular, quer das escolas profissionais e centros de formação, com vista à participação democrática e reflexão sobre ser Criança/Jovem em Mirandela: fragilidades e oportunidades, e de forma a contribuir também para o Diagnóstico de Necessidades Locais que este ano necessita de ser atualizado.

Desta forma podem atingir-se patamares significativos pois estaremos a educar para a cidadania, estimulando o gosto pela participação cívica e política; daremos a conhecer a Assembleia Municipal, enquanto Órgão representativo dos cidadãos mirandenses; seremos capazes de promover o debate democrático, e o respeito pela diversidade de opiniões; iremos incentivar a reflexão e o debate sobre viver em Mirandela, em todos os ciclos de idades e estudos; será uma oportunidade única na participação cívica e de estímulo às capacidades de expressão e argumentação na defesa das ideias e, de sobremaneira, sublinhar a importância da contribuição das crianças e jovens de Mirandela para a resolução de questões que afetam o seu presente e o futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas junto dos Órgãos locais do poder político.

Propõe-se a mesma para o reinício do ano escolar, de forma a que os profissionais da educação possam lançar o desafio destas iniciativas às suas turmas, prevendo-se a sua realização no mês de outubro de 2022.”

----- A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 53 votos a favor e um voto contra, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incluir a Proposta apresentada pela Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, por reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o mesmo.

----- Efetuada a votação, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 53 votos a favor e um voto contra, aprovar a Proposta de Realização de Assembleias de Crianças e Jovens, propondo-se a mesma para o reinício do ano escolar 2022-2023.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS CARVALHO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Declaração de Voto

Apesar da pertinência da Proposta, eu votei contra e passo a explicar os motivos:

Este tema já transita do mandato passado, sempre foi abordada nos Conselhos Municipais da Juventude, mas o que é certo é que nunca foi concretizada. No passado dia 11 de fevereiro, realizou-se o Conselho Municipal da Juventude e, tanto a tutela, como os serviços técnicos, comprometeram-se a enviar o esboço do Regimento desse Conselho e até hoje ainda não foi enviado nada. Apenas por esse motivo, por ser uma Proposta já repetida é que eu votei contra.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Declaração de Voto

Apenas para dizer que não podia concordar mais, mas só propor, porque isto enquanto Presidente de Junta não consigo deixar de o fazer, propor que também que nessa Assembleia participem crianças de cada uma das Freguesias, nessa qualidade. Porque aqui estão os Senhores Deputados Municipais e por inerência ao Presidentes das Juntas de Freguesia e portanto, nessa Assembleia quando for feita que também haja uma criança que possa representar os interesses da sua Freguesia.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *MANUEL FIGUEIRA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu vou mais uma vez trazer aqui um assunto que me é caro, porque de facto, quando se chega a uma Assembleia Municipal já bastante tardiamente, trazemos expectativas que, de facto, nos levam a considerar que temos aqui um fórum que deve merecer de nós todo o respeito, deve enobrecer-nos e deve enobrecer também a nossa postura nesta Assembleia.

Eu já falei nisto várias vezes, embora eu esteja convencido que as coisas vão melhorar e que este mandato não terá o peso que teve o mandato anterior, em termos de funcionamento da Assembleia Municipal, nunca é demais relembrar situações que de facto desmotivam muitas vezes as pessoas a entrar neste mundo, porque efetivamente nós não fizemos dele um mundo nobre, um mundo elevado, antes pelo contrário.

Escrevi aqui um pequeno texto, que poderá até não ter hoje a acuidade que teve no passado, mas nunca é demais falar nas coisas e tentar melhorá-las:

“Se é verdade que nós só nos devemos demorar nos sítios onde nos sentimos bem, não é menos verdade de que por vezes isso não é possível e não estou a falar de um qualquer dentista que errou a profissão, estou a falar mesmo na Assembleia Municipal de Mirandela, onde passei longas horas e portanto falo do anterior mandato, algumas delas muito penosas.

Ossos do ofício, direis vós, mas não havia necessidade, direi eu. Visto que é suposto pessoas de bem dialogarem, respeitando-se.

Um episódio que foi para mim, que eu já referi mais do que uma vez, elucidativo da forma como a Assembleia funcionava, aconteceu numa Sessão em que foram convidadas diversas escolas para estarem presentes e no final, uma jovem quando foi convidada a intervir para dar a sua opinião disse isto: “*Não pensava que isto fosse assim*”, também não lhe perguntaram mais nada porque poderia a resposta não agradar a quem se constituiu como exemplo para as futuras gerações e de facto o exemplo acho que não abonava a nobreza daqueles que pretendiam constituir-se efetivamente como exemplo.

Não tenho intenção com estas palavras ferir suscetibilidades, ou por em causa a dignidade da Assembleia Municipal, pelo contrário, pretendo é que se faça um esforço de todos para elevar este Órgão que é o fiel da balança do poder autárquico, ao lugar que por direito lhe pertence e que estou convencido que isso vai acontecer no presente mandato.”

Além deste pequeno, sincero e sentido desabafo, queria convidar-vos a todos, a comparecerem na Fradizela no próximo domingo, dia 01 de maio, onde vamos ter a nossa Feira do Vinho e do Bacelo, este ano sem bacelo porque tivemos que mudar a data da feira de março para maio e nesta altura já não há bacelo.

No programa temos a presença do Tio *João* o programa radiofónico às 06.00 horas que é feito a partir da Fradizela, percurso pedestre às 09.30 horas e o almoço às 12.30 horas e depois a exposição e venda de produtos da terra, com especial enfoque para o vinho, que se produz nas duas margens do Rabaçal, onde há vinho de grande qualidade.

Serão todos bem recebidos, porque afinal o aparente azedume que atrás ficou expresso, mais não é do que a manifestação do desejo de construir um mundo melhor para todos nós, bem necessário nos tempos conturbados que vivemos.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *EURICO CARRAPATOSO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente e Senhor Presidente, não podia deixar de vir aqui pela segunda vez registar o profundo agrado que é sentido, não por mim, mas por toda a minha Freguesia em ver finalmente realizada a obra esperada há décadas. Cada vez que lá passo, o som que antigamente era o som dos pneus nos buracos, agora é um som silencioso e é um suave murmurar que diz *Júlia Rodrigues*, não podia mesmo deixar de vir aqui registar com agrado, porque é preciso coragem para investir nas pequenas localidades e efetivamente, o Executivo liderado por *Júlia Rodrigues* no mandato de 2017-2021 teve essa coragem, continua a ter essa coragem, porque nos pequenos há pouca gente que aposta. Estes investimentos nas pequenas Freguesias é a manifestação de respeito e dar dignidade às Freguesias nomeadamente, dá dignidade aos Presidentes de Junta, que assim, têm condições para poderem suprir as necessidades das suas Freguesias.

Dito isto, eu já fiz pelo menos duas a três intervenções a sugerir à Câmara Municipal a criação de um grupo de trabalho para apoiar as Juntas de Freguesia e não só, na realização de candidaturas, mas vinha aqui lançar um repto aos meus colegas Presidentes de Junta, porque o nosso Regime Jurídico das Autarquias Locais permite a criação de Associações de Freguesias para fins específicos e portanto, não sei se não seria uma boa ideia nomeadamente, na área da contratação pública, que é uma área que nos é muito difícil a todos os Presidentes de Junta, porque são muitas as dúvidas, são muitos os requisitos formais, hoje em dia não há grande sindicância, mas nós não sabemos se de hoje para amanhã não passa a haver sindicância.

O rigor que nós, Presidentes de Junta devemos ter nas nossas contratações, efetivamente reclama algum apoio, efetivamente o apoio já foi pedido à Câmara Municipal, mas como bem dizem os funcionários da Câmara Municipal, os funcionários são da Câmara, são do Município, não são funcionários das Freguesias.

A Presidente de Câmara sempre que pretende, junto dos funcionários da Câmara prestar esse apoio às Freguesias tem que pedir ao funcionário, é uma coisa que extravasa o domínio de competências do funcionário e reclamam uma intervenção específica para esse efeito e portanto, creio eu, eu pelo menos enquanto Presidente de Junta de Freguesia de Alvites estaria nessa disposição, de juntamente com os colegas que assim entendessem, também eles Presidentes de Junta, dispor isto à nossa população na Freguesia e propor muito simplesmente que, pelo menos neste aspeto da contratação pública, poderemos associarmo-nos e contratar uma empresa que nos preste esse serviço e daí o cariz de interesse municipal que me leva a fazer esta intervenção, porque mesmo a

AA
AB
7/2

Freguesia de Mirandela tem esse problema, a Freguesia da Torre de Dona Chama também tem esse problema, se calhar até com maior acuidade, porque os nossos contratos são de valor mais diminuto.

Seria interessante podermos, porque juntos somos mais fortes, juntos contratualizarmos num valor que nos é mais compensador, lançava aqui este repto aos meus colegas de eventualmente nos reunirmos e ponderar se seria ou não uma boa ideia criar essa associação de fim específico, que é um assunto que poderíamos discutir.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Antes de passar a palavra à Senhora Presidente da Câmara, queria prestar dois esclarecimentos, são apenas notas informativas, a primeira ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, que acompanha todos os *dossiers* da questão da Assembleia Municipal, inclusive em sede de Comissão Permanente e o ponto que lhe queria transmitir era o *dossier* das transmissões *online*, obviamente não há nenhum constrangimento, pelo contrário, que esta atividade de importância crucial para o Município, como é uma Assembleia Municipal, é vontade global de toda a gente que está aqui, presumo, que seja difundida a todos os cidadãos.

Acompanhou-nos em sede de Comissão Permanente, na melhoria, no estabelecimento e na aprovação subsequente do Regulamento das Transmissões, em contacto com o Executivo da Câmara Municipal, foi-nos assegurada uma empresa que já está designada para fazer a cobertura destas Sessões e a única razão porque não estão aqui e porque isso envolve questões logísticas, operacionais de teste de imagem, é que a sede habitual das nossas Sessões é no Centro Cultural e não aqui. É a única razão plausível e portanto, querer assegurar-lhe que as próximas Assembleias, em sede de Centro Cultural, tenham a cobertura necessária e indispensável.

O segundo ponto que gostaria de informar a Assembleia, porque me parece que existe alguma informação que não é qualificada, é para vos dar conhecimento de que o custo desta Assembleia e escuso-me de dizer aquilo que são os princípios que norteiam o empenhamento de todos nós, naquilo que é o nosso contributo para o desenvolvimento do concelho e o que isso envolve do ponto de vista pessoal e profissional, todos nós temos uma atividade profissional e obriga-nos a mudar muitas coisas na nossa vida, até com implicação para outras pessoas, mas queria informar esta Assembleia Municipal que o custo da Assembleia Municipal Extraordinária foi de 5.123,79 €. É o custo deste exercício democrático. É esta nota que gostaria de vos deixar, de vos dar informação, porque provavelmente alguns de vocês, ou parte de nós, ou até público, acha que o custo das Assembleias Municipais é uma coisa descomunal, não é.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradecer a intervenção de todos aqueles que nos levantaram questões, é sempre uma oportunidade para nós efetivamente respondermos e melhorarmos algumas situações que estão ao nosso alcance.

Começando pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *Nelson Teixeira*, é um assunto que já reunimos sobre ele e dizer que, efetivamente a Câmara Municipal não pode intervir sobre o direito privado ou sobre negócios privados. A empresa Eco Ambiente foi a empresa que ganhou um concurso público para a recolha de lixo nos Municípios. No caderno de encargos tinha uma cláusula de arrendamento de um armazém de estacionamento e lavagem de viaturas, não previa no caderno de encargos uma verba destinada à construção, mas sim de aluguer e portanto, a empresa Eco Ambiente foi visitando freguesias próximas para poder arrendar um espaço, pelo período do contrato, que eram oito anos, no sentido de cumprir as obrigações contratuais.

A Câmara Municipal só tem uma interferência nestes casos, que é o licenciamento do armazém. Efetivamente as questões relacionadas com o licenciamento de uma indústria tipo 3 têm algumas condicionantes, parte das quais são cumpridas nos armazéns que foram tentados alugar, isto porque ainda não chegou à Resíduos do Nordeste comunicação formal, já tive oportunidade de perguntar à Resíduos do Nordeste, de que o armazém é em Vila Nova das Patas, o que é que aconteceu, os trabalhadores da empresa, por terem de se deslocar do Parque Ambiental para Vila Nova das Patas iam fazer mais 50 km todos os dias e criaram uma pressão junto das populações, a alertar para a intenção da empresa, que é real, porque entretanto chegou um processo de licenciamento à Câmara Municipal, num pavilhão de um privado que estaria em condições de ser alugado pela empresa.

Estas questões obviamente, sendo a Resíduos do Nordeste a empresa que paga estes serviços à Eco Ambiente, a Eco Ambiente é obrigada, sob o ponto de vista contratual, a ter um armazém alugado para fazer este serviço e portanto, vai procurando e vai identificando locais que poderão assegurar o cumprimento contratual.

O que é certo é que, como sabem, aconteceu um problema no Cachão, eles já tinham inclusivamente feito um contrato, são instalações que de facto perturbam o normal funcionamento, como é habitual quando temos uma indústria, ou um estacionamento de viaturas de recolha de lixo, mas o que é certo é que os camiões efetivamente têm de ser lavados e na altura, à data, ainda foi proposto numa Assembleia Geral da Resíduos do Nordeste, que a mesma construísse um pavilhão no Parque Ambiental e ficasse a cobrar uma renda à Eco Ambiente por utilização do pavilhão. Esta questão da construção do pavilhão vai só servir os Municípios da Terra Quente Transmontana, ou seja, a empresa Resíduos do Nordeste teria que investir na construção de um pavilhão, mas só servia os cinco Municípios da Terra Quente, porque os outros Municípios têm outras instalações em outras localizações.

Nós, não é de ânimo leve e o Senhor Presidente de Junta sabe perfeitamente, que deixamos acontecer estas situações, isto faz parte da vida comercial das empresas e portanto, a Câmara Municipal tem que assegurar o cumprimento das regras de bem-estar, de qualidade de vida, mas sob o ponto de vista formal, tanto um armazém como o outro, poderiam ser licenciados sob o ponto de vista estritamente jurídico, pese embora a questão da Constituição e é um direito constitucional que nós tenhamos efetivamente que assegurar o bem-estar e a qualidade de vida, isto é uma função da Câmara Municipal e das autarquias locais, ou seja, Juntas de Freguesia.

A resolução definitiva desta questão, é uma situação que está a preocupar a Resíduos do Nordeste, preocupa a Câmara Municipal e também a empresa Eco Ambiente que não tem umas instalações balneárias para os trabalhadores tomarem o seu banho depois de trabalharem e por isso, ontem mesmo, tivemos uma reunião da Associação de Municípios onde este assunto foi debatido, no sentido de ser a Associação de Municípios que serve, podermos construir um pavilhão que custará 300 mil euros, que tem de ser assumido por todos os Municípios, no sentido de assegurar a construção no Parque Ambiental, porque efetivamente a empresa privada não vai construir o pavilhão, porque no contrato só tem arrendamento.

AA
AB
7/12

É uma situação de resolução definitiva e que assegurava a proteção de todas as Freguesias, quer de Vila Flor, quer de Mirandela que são as Freguesias mais próximas para este tratamento.

Estamos neste momento a ver o local onde pode ser instalada, no sentido de sermos nós a assegurar essa construção. Neste momento a Associação de Municípios vai fazer o estudo sobre o local e o projeto. Estamos atentos a esta situação e demora o seu tempo na resolução.

Recebemos efetivamente o abaixo-assinado e partilhamos das preocupações.

Relativamente aos animais errantes, se vocês virem no Relatório de Atividades que é apresentado, na captura de animais errantes, a Câmara Municipal procede à captura de animais na via pública ou em quaisquer lugares públicos com acompanhamento por parte da PSP ou GNR e foram em 2021, capturados 208 animais. É manifestamente impossível nós termos capacidade de alojamento de 200 animais, mais os que nós já tínhamos e por isso este é um problema que está a acontecer em todo o país, que põe em causa o bem-estar animal e todas as campanhas de sensibilização para o não abandono ao animal, têm pouco efeito.

Em relação aos animais errantes vamos fazer uma campanha contra o abandono, estamos neste momento com um Programa CED – Capturar, Esterilizar e Devolver, mas este programa só é efetivo em gatos. Em relação aos cães, não se podem devolver ao ambiente, a não ser que tenham proprietário e o que acontece é que as pessoas não cumprem o que está na lei, não *Chipam* os animais e quando são capturados não se sabe quem é o proprietário e passa a ser um animal vadio, isto também tem a ver com questões civilizacionais e com questões de educação e questões relacionadas com a sensibilidade de cada um de nós para com os animais. O que quer dizer que a Câmara Municipal não tem (e estou a responder a vários Presidentes de Junta de Freguesia), capacidade para resolver o problema por si só, tem capacidade para diminuir o problema, mas não vamos conseguir.

Nós neste momento estamos a alimentar mais de 200 cães no Canil de São Salvador, mais os cães que foram capturados para o Centro de Recolha Oficial em que estão em Urjais. É uma quantidade imensa de animais abandonados, que vêm de outros Municípios certamente e que têm causado imensos problemas.

O que é que eu acho que todos devemos, é que nesta campanha de sensibilização quer para a adoção de animais, quer para o não abandono e portanto, as Juntas de Freguesia também nos poderem ajudar a fazer chegar essa mensagem, porque nós estando impedidos legalmente de abater animais, temos um custo imenso com o Canil e é injusto até dizer-se que a Câmara Municipal não tem feito nada para resolver o problema. Nós temos efetivamente um problema no Canil, vamos fazer obras no Canil de São Salvador, ainda estamos a ver, com a Associação de Municípios se vamos fazer obras no Canil, se vamos aumentar o CRO – Centro de Recolha Oficial, para que Mirandela tenha mais espaço e para que seja a despesa assumida por todas as autarquias, incluindo a de Mirandela.

É injusto dizer-se que a Câmara Municipal não tem feito nada, ou tem feito muito pouco para resolver o problema. Nós estamos constantemente a ir capturar animais, mas cada vez há mais animais abandonados. Os gatos é mais simples, temos agora a assinatura de um Protocolo com uma associação de defesa animal, no sentido de termos tutores de colónias, já temos um seguro feito para essas colónias, temos tutores, já temos quatro colónias identificadas, têm um tutor, que é a pessoa que os alimenta, esterilizamos gatas e gatos e devolvemos ao ambiente, nos cães não é possível fazer isso, não é possível esterilizar e devolver ao ambiente, até porque depois formam matilhas e pode haver outras complicações mais graves ainda.

O grande problema é que nós temos, em várias Freguesias pessoas que os alimentam e assim vão perpetuando esta questão.

Nós no ano passado gastamos 55 mil euros numa campanha de esterilização de animais, para os proprietários poderem ter essa facilidade. Este ano vamos abrir outra campanha de esterilização para famílias carenciadas, totalmente gratuita e para famílias não carenciadas tem uma comparticipação nacional. Estamos a fazer, mas este é um problema gravíssimo que está a acontecer pelo país todo, não vamos ter capacidade de alojar animais a este ritmo de captura.

Estamos a fazer muito, estamos a fazer muito mais do que alguma vez se fez, desde ração a tratamentos veterinários, tudo o que são programas de desinfeção, está tudo a ser assegurado sob o ponto de vista das nossas limitações, no investimento que nós tivemos de fazer, porque este Canil pertencia a uma associação de defesa animal privado, que também tinha alguns problemas que se viviam na comunidade e a gestão passou para ser gestão municipal, mas atrás disso muitos problemas associados à gestão da própria captura e bem-estar animal também no CRO e no Canil.

Pedia-vos uma ajuda imensa para combatermos o abandono, é muito importante as pessoas não abandonarem os animais, bem sei que em períodos de crise e em períodos de desespero, o mais fácil é abandonar um animal, porque é um custo para a família. Ainda assim, nós temos um programa que é o Cheque Veterinário, que também estamos a ajudar famílias carenciadas a poderem fazer tratamentos médico-veterinários, mas muitas vezes são opções das famílias, ou deixam de ter espaço para o cão, há várias situações que levam ao abandono e temos muitas pessoas que têm animais e que telefonam para o canil a pedir para irem lá entregar o cão porque já não têm condições. O Canil não é para animais com proprietário, o Canil é para animais vadios.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Agostinho Beça*, dizer que em relação à Oposição obviamente que o palco nobre são as Sessões de Assembleia Municipal e Reuniões de Câmara Municipal. O Mirandela Atenta é uma plataforma importante, uma plataforma que resulta e que as pessoas têm participado bastante, o que é ótimo, porque as pessoas enviam uma reclamação ou uma sugestão e vai diretamente para a Divisão responsável.

Relativamente às questões internas partidárias, julgo efetivamente que isso é uma questão de cada um dos grupos, dos partidos, cada qual saberá a estratégia que quer seguir, no respeito obviamente, pela democracia.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Frechas *José Carlos Teixeira*, em relação ao tema do lixo, julgo que já respondi, em relação à ETAR era uma situação que já estava a ser resolvida efetivamente e ainda bem que ficou resolvida. Em relação ao carro da saúde, acolhemos esta informação relativamente ao carro da saúde com os *flyers* de divulgação, o Senhor Vereador *Vitor Correia* vai tratar convosco da entrega dos respetivos *flyers*.

Relativamente à questão da ginástica sénior, dizer-se que já iniciou efetivamente, foi enviado um *e-mail* a todos os Presidentes de Junta de Freguesia, dia 12 de janeiro às 16h 37m, houve e como está na Informação da Presidente, houve 15 respostas, responderam, Avidagos, Caravelas, Cobro, Vale de Telhas, Abreiro, Barcel, Freixeda, Lamas de Orelhão, Agueiras, Vale de Asnes, Franco, Múrias, Bouça, Passos e Mirandela. Esta é a informação que recebi dos Serviços de Desporto e do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia.

AA
AB
77

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, quanto à questão das pontes, foi solicitada uma reunião com o Senhor Ministro das Infraestruturas e em relação à ponte Românica, mantemos o contacto com a Direção Geral da Cultura e com o Senhor Ministro da Cultura e estamos agora na fase de fazer o projeto, vamos avançando com os procedimentos.

Tenho de discordar relativamente à afirmação que proferiu de que, a política que se pode sobrepor às decisões dos tribunais, porque não pode efetivamente, as decisões dos tribunais, como sabe, é lei e ainda bem que os tribunais existem e fazem cumprir e nós políticos cumprimos aquilo que é a decisão do Tribunal, podemos não concordar e recorremos, mas é uma obrigação em impor as decisões.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *José Trovisco*, dizer-se que este EBUPi foi um projeto do programa nacional, está a correr bastante bem, temos muitos atendimentos. Isto é um esforço grande entre vários serviços, mas é um Programa que está com vitalidade, obviamente que necessita e carece de ser melhorado, mas julgo que é uma mais-valia para as populações, sendo que temos um projeto para abrir outros atendimentos descentralizados, vamos ver se conseguimos efetivamente assegurar.

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Abambres *José Cabanas*, que abordou a questão do Canil que já foi respondida.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Pires*, expressou a sua opinião relativamente à Sessão de Assembleia Municipal. Agradeço à Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro Velho o convite para a Feira do Vinho & Morango. Relativamente à iluminação pública, antecipando ou prolongando a abertura das luzes é de facto uma poupança significativa. Quanto à praia fluvial Ponte da Pedra, o concurso está a decorrer, vão ser abertas as proposta no dia 03 de maio, 135 mil euros de obra e o prazo de execução são 120 dias, sendo que, poderá até ser encurtado dependendo da empreitada.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho*, agradecemos aquilo de que nos falou, não é certamente por falta de empenho que não conseguimos fazer mais, mas podemos sempre melhorar e portanto, agradecer em nome do Executivo as palavras que muito nos orgulham, mas também as preocupações de mantermos o trabalho em prol de Mirandela e dos mirandelenses.

Em relação à intervenção da Senhora Deputada *Patrícia Bernardo*, felicitar a Bancada do PS pela Proposta apresentada, julgo que é acima de tudo esta escola que nós queremos contribuir, no sentido da participação cívica, aliás, à semelhança do que aconteceu com a nossa jovem que esteve aqui hoje, e também felicitar pelo reporte da Comissão Alargada da CPCJ, acho que é importante fazerem aqui esses balanços, para que todos saibamos o que é que cada um trabalha fora da Sessão da Assembleia Municipal.

Acolhemos e ajudaremos nesta organização, naquilo que for necessário, os Serviços Educativos também têm esta função e por isso obrigada.

Relativamente à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Fradizela *Manuel Figueira*, partilho de algumas reflexões e em relação à Feira do Vinho e Bacelo, terei oportunidade de ir à Fradizela neste dia, também é coincidente com as comemorações do 1.º de Maio da Associação de Socorros Mútuos dos Artistas Mirandelenses, que todos os anos também nos convidam a estar presentes com orgulho.

Quanto à intervenção do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alvites *Eurico Carrapatoso*, de facto sei que já começaram a colocar o alcatrão, tiveram de suspender a obra devido às condições climáticas, mas vai estar completamente pronta na próxima semana, depois vão acabar a das Múrias, acho que é esse o programa do empreiteiro. Muitas vezes fala no custo/benefício das obras, das obras municipais, das obras do Estado e o custo/benefício se nós avaliarmos somente o custo e o benefício para o número de residentes, nunca é vantajoso para os territórios de menos densidade populacional, mas de facto o impacto na vida das pessoas é muito mais relevante sob o ponto de vista estratégico e por isso é que não somos só números, somos pessoas e somos pessoas que têm de ter qualidade de vida e a acessibilidade para cada uma das Juntas de Freguesias é muito importante. Obviamente, que mantemos alguns problemas, mas estas situações que nós falamos, Rego de Vide, Múrias/Regodeiro e Alvites/Vale de Lagoa eram as piores situações que nós tínhamos a nível de acessibilidades no concelho e são estradas que ainda têm bastante trânsito e portanto, pode favorecer o acolhimento de novos residentes, apesar do PDM ter alguns constrangimentos de construção, como vocês sabem, é sempre uma limitação territorial que temos que respeitar.

Relativamente às associações de freguesias para fins específicos, eu concordo inteiramente com essa proposta, até porque existem alguns trabalhos especializados, que efetivamente podem ser partilhados entre as Juntas de Freguesia, até porque muitos dos cadernos de encargos e como vocês sabem, na contratação pública nós temos dado pontualmente apoio às Juntas de Freguesia, quando precisam de fazer um concurso público, mas efetivamente o ritmo das candidaturas em fase terminal do Quadro Comunitário e agora com o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, tem sido muito difícil dar resposta a todos.

As associações de freguesia para fins específicos, julgo que é uma boa solução, é uma autonomia completamente diferente e é um apoio, uma segurança para a responsabilidade que um Presidente de Junta hoje tem, sem ter o apoio técnico que deve efetivamente ter e portanto, julgo que é uma mais-valia, nós ajudaremos naquilo que for necessário através do Gabinete de Apoio às Juntas de Freguesia e também felicitar pela proposta, porque as associações de freguesias para fins específicos são realmente uma solução vantajosa para todos, em especial para quem tem responsabilidades no Executivo.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *NELSON TEIXEIRA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente ao primeiro assunto, penso que fiquei esclarecido para já, pela Senhora Presidente, relativamente aos animais errantes, Senhora Presidente, eu nunca falei que o Município não fazia nada, uma das minhas últimas frases foram: “*Pese embora o esforço do Município de Mirandela na captura de animais errantes seja grande, ainda assim considero que haja uma falta de política voltada para este tema...*”.

Quando falo numa falta de política voltada para o tema por parte do município digo porque:

- O canil podia ter sido já objeto de ampliação e melhoramento;
- Digo porque podia ter mais efetivo de pessoal dedicado à captura diária por forma a controlar a população de animais;
- Digo porque podia ter métodos eficientes de captura;
- Digo porque podia ter métodos eficientes da esterilização de todos animais que se encontrem em matilha ou na via pública;

AA
AB
77

- Podia promover cobertura vacinal, inclusive contra a raiva dos capturados;
- Podia incentivar uma educação ambiental voltada para a guarda responsável, com implementação de programas educativos que levem os guardiões de animais a assumirem seus deveres, com o objetivo de diminuir o número de cães soltos nas ruas;
- Viabilizar uma maior Ação educativa e fiscalizadora juntamente com as autoridades PSP e GNR;
- Promover a socialização e o melhor entendimento da comunicação canina, objetivando diminuir agressões;
- Estimular ainda mais a adoção de animal;
- Disponibilizar informação e dados de todos os cães retidos no canil no *site* do município por forma a estimular a adoção.

Eu sei que não podemos resolver de uma vez só este problema, mas começando por medidas implementadas como estas que eu referi, podemos começar a diminuir este problema.

Sabemos que os animais são importantes, mas as pessoas estão primeiro.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Só dar referência a um esclarecimento, que eu julgo que não foi bem interpretado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais *Nelson Teixeira*, eu acho que as preocupações são legítimas, a questão ultrapassa e muito a nossa capacidade de investimento e a capacidade de podermos fazer obras. Obviamente que o acesso ao Canil e está aqui o Senhor Presidente de Junta de São Salvador, sabe perfeitamente que a estrada, a vedação, conseguimos agora talvez um Fundo Comunitário para podermos fazer obras, ainda estamos a decidir se efetivamente a melhor opção de futuro será obras no Canil de São Salvador, se será juntar tudo no CRO - Centro de Recolha Oficial, como eu disse há pouco. O que eu solicitei aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia é para fazerem esse trabalho connosco na Freguesia, nós não controlamos as pessoas que abandonam os animais.

Nós temos e já adquirimos outro método de captura de animais, nós temos os métodos de captura possíveis, muitas vezes os trabalhadores passam horas atrás de um único cão, porque deixam montada a rede e depois têm que ir lá outra vez, nem sempre é fácil, os resultados que nós vemos não refletem o trabalho, as horas e a dedicação que os trabalhadores que neste momento estão afetos ao Canil têm em prol das capturas, nem sempre temos bons resultados, isso é verdade.

Mas, como digo, tudo o que é esterilização e devolução ao ambiente só pode ser feito com gatos, não pode ser feito com cães. A questão de esterilizar e devolver ao ambiente não é possível com cães, só unicamente com gatos e é bom que isso fique claro, porque os cães têm de ser acolhidos no Canil. Estamos a desenvolver tudo aquilo que nos é possível, no sentido de resolver o problema com a maior brevidade possível, mas podem ter a certeza, se um de vocês construir um canil na vossa Freguesia passados dois meses está cheio, porque as pessoas vão abandonar os animais à vossa Freguesia.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente da Câmara, a Senhora teve uma sentença sobre um caso dos funcionários da Câmara Municipal de Mirandela, que executou mas não os despediu. Isto é para vermos como é que são as decisões dos tribunais. Executou a sentença, porque está a proceder a novo concurso, mas não os despediu. Elaborou um plano de contingência tendo em conta não os despedir. É uma sentença do Tribunal que devia tê-los demitido no dia seguinte e não o fez, fez com isso um plano de contingência.

Senhora Presidente da Câmara, hoje por espanto nosso, o Jornal Notícias faz manchete o seguinte: “Câmara de Mirandela ordena demolição de prédios com 23 casas” e nada diz sobre este assunto à Assembleia?! Vamos perder esta oportunidade? Porque o problema desta Assembleia e dos Órgão da Câmara é estarmos esclarecidos, para podermos, eventualmente, prestarmos os devidos esclarecimentos à população.

Agradecia uma explicação sobre este assunto, até porque fala aqui em PDM, mas há pessoas mais habilitadas nesta Assembleia que podem retomar o assunto.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, senhores Deputados.

Agradeço as questões levantadas, relativamente à sentença sobre os concursos, dizer que nós solicitamos um Parecer Jurídico ao Advogado da Câmara Municipal de Mirandela, no sentido de manter os trabalhadores até à resolução e ao cumprimento da formalização do concurso. Optamos por manter o vínculo até à decisão do concurso, se os trabalhadores não conseguirem ser aprovados nas provas perdem o vínculo laboral, mas houve aqui este período, sob o ponto de vista jurídico e porque há jurisprudência sobre a matéria, que nos permitiu tomar uma decisão em reunião de Câmara com a maioria dos Vereadores, porque os Senhores Vereadores eleitos pelo PSD abstiveram-se.

Relativamente à herança de 1999, sobre o dito Prédio da Pomba, é um assunto que julgo que e o Senhor Deputado tem estado aqui sempre como Deputado Municipal, é um assunto que já foi aqui debatido várias vezes, é um assunto do conhecimento até público, posso fazer muito rapidamente um resumo de tudo, porque já passou por várias fases e até a comunicação social já fez um cronograma de algumas decisões que foram tomadas no âmbito do processo.

Em 1997, o processo é de 1999, começou a ser construído um prédio num local onde legalmente não podia ter sido construído, esse prédio tinha várias condicionantes, ficava essencialmente no leito de cheia e portanto, tinha de cumprir 50m de afastamento da ribeira, não cumpria, estava a 20m, nunca foi feito o embargo da obra, o prédio foi construído, sinceramente, as licenças de utilização para as pessoas alugarem e venderem, tudo aquilo que diz respeito à legalização do prédio foi sendo feito e portanto, a questão neste momento é levantada porque há situações ilegais, que as Câmaras para legalizarem têm que ter instrumentos de PDM para desafetarem essa área, concretamente, por exemplo do leito de cheia. Isso foi feito em 2015, na Revisão do PDM e deixou de estar em leito de cheia porque com a Revisão do PDM passaram a permitir a construção a 20m do leito de cheia. Já por si é um artifício de que as Câmaras Municipais utilizam para legalizar e os tribunais efetivamente estão a condenar sempre as Câmaras no sentido de não deixarem construir situações ilegais.

AA
AB
77

Esta situação dos 20m chegou a ser resolvida com a Revisão do PDM em 2015, não houve uma questão que fosse acautelada, que é a questão do número de pisos, naquela área não é permitido seis pisos, só são permitidos quatro e portanto, só temos um instrumento legal para legalizar o que neste momento, à data, é ilegal, porque ainda hoje é ilegal aquele prédio, que é a Revisão do PDM.

Como sabem o PDM em 2015 demorou 12 anos a ser feita, nós já estamos com a nova Revisão do PDM há dois anos e meio e está proposto, se tudo correr bem, em dezembro deste ano estar concluído e foi isso que nós respondemos ao Tribunal, nós estamos em fase de Revisão do PDM, é previsto que ainda este ano consigamos resolver o problema sob o ponto de vista legal e jurídico. O Tribunal diz que não e nós levamos a Reunião de Câmara para aprovar a ordem de demolição dos últimos dois pisos, para cumprimento da sentença. Obviamente que agora há toda a questão dos mandatários dos moradores e portanto, vamos aguardar o que é que efetivamente juridicamente se consegue fazer e o que é que os tribunais vão decidir.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, dada a importância do assunto, eu troco o assunto pela cultura, pela qualidade dos jardins, por esta cidade Mirandela que volta a ser o oásis de *José Gama*, troco esse assunto por essa questão que foi aqui lançada e acho muito bem, porque se não formos nós a gabarmo-nos, também não gosto que sejam outros a deitar-nos para baixo.

Senhora Presidente da Câmara, vai executar a sentença?

Senhora Presidente, é assim, problemas já temos muitos, nós precisamos é de decisões e aquilo que me parece é que a Senhora Presidente da Câmara aceitou ser candidata política à Câmara Municipal de Mirandela, quando esteve na Oposição e sabia de alguns problemas que existiam, razão porque viu nisso uma oportunidade política em ganhar a Câmara Municipal de Mirandela, o problema é que já vamos no quinto ano de mandato, Senhora Presidente, continuamos com muitas dúvidas sobre assuntos que nos afligiam e vão continuar a afligir, porque há mais e que a Senhora Presidente da Câmara fez bandeira eleitoral deles. É verdade. É como o PEC3, PEC4 de *José Sócrates* que foi depois o Governo PSD que teve de resolver o assunto.

Porque aquilo que eu devia ter dito no 25 de Abril, disse-o de forma redonda, os três arrestos que Portugal teve de intervenção externa, foram por culpa de governos PS e nós queremos ajudá-la Senhora Presidente a resolver estes problemas.

Neste discurso redondo do 25 de Abril era isto que eu devia ter dito, porque o PEC1, PEC2, PEC3 e PEC4, chumbado o PEC4 pelo PCP, isto é que eu devia ter dito, que depois nos leva à pobreza, que eu falei no final do meu discurso também.

Senhora Presidente, diga perentoriamente a esta Assembleia se vai demolir aos dois andares, ou o prédio todo? Até porque sei que o PDM de Mirandela, a sua Comissão eleita, ela não tem reunido como devia ter reunido. Não fizemos uma Assembleia Extraordinária sobre um assunto que era importantíssimo ser decidido nesta Assembleia, não foi naquela Sessão Ordinária e depois, salvo erro, nas Festas da Cidade fizemos uma Assembleia Extraordinária para aprovar aquele Ponto único, para que os trabalhos de Revisão do PDM corressem com a maior rapidez, porque a notícia, segundo ouvi dizer, diz que o tribunal não espera pela Revisão do PDM.

Senhora Presidente, nós queremos ajudá-la e a Senhora não quer!

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De forma muito direta e muito transparente dizer que, pese embora esteja a fazer naturalmente um aproveitamento político de uma situação muito grave e de uma situação que penaliza muito muitos moradores, a verdade é que os problemas também se evitam e isto porque houve um processo que decorreu em Tribunal, há outras situações que nunca têm decisão, porque não há quem interponha ação em tribunal, neste caso interpuseram uma ação em tribunal.

Aquilo que lhe vou dizer é que, no poder Executivo nós temos de cumprir sentenças, não podemos deixar de cumprir sentenças, pese embora haja sempre o direito dos moradores poderem recorrer e, portanto, aquilo que lhe posso dizer Senhor Deputado, é que assumirei as minhas responsabilidades e acho que o Senhor também deveria assumir as suas, porque esteve durante muitos anos aqui e nunca se deram conta que tínhamos este problema para resolver.

Sabe quantos anos são desde 1999 até 2022? A verdade é que são esses anos todos que o processo esteve por resolver. Tivemos uma oportunidade única, foi na Revisão do PDM de 2015, não o fizemos, fizemos parcialmente, porque já não é o prédio todo, só são dois andares, porque realmente essa cláusula dos 20 metros foi ultrapassada pela Revisão do PDM. De qualquer forma estamos a trabalhar no sentido de resolver o problema.

Obviamente, que agora, dada a sentença e o cumprimento da sentença porque já foi feita em Reunião de Câmara, já há uma Deliberação que via ser comunicada ao tribunal e é preciso dizer-se que para além da Presidente, foram notificados todos os Vereadores, incluindo os da Oposição, que não tomaram parte da votação na Reunião de Câmara porque foi na mesma Reunião de Câmara que aconteceu a votação da Prestação de Contas de 2021 e abandonaram a Reunião, por isso não votaram este Ponto. Obviamente nós temos essa responsabilidade de tomar decisões e é por isso mesmo que as decisões são tomadas de forma refletida com aconselhamento jurídico, sobre aquilo que nós podemos e devemos fazer.

O problema foi a construção ilegal efetivamente e não é tão pouco quanto isso, são muitos apartamentos e tem um impacto visual muito grande, como sabe.

Continuo a dizer, já na altura no Período de Intervenção do Público falei, Mirandela tem que ter uma ferramenta, um plano de urbanização, para podermos ordenar o nosso território. Sendo Cidade Jardim, acredite que se tivéssemos tido, há 20 anos, como outras cidades tiveram, um plano de urbanização não estávamos a ter este problema com toda a certeza, porque delimita muito mais áreas de construção, delimita as áreas de espaços verdes e faz uma análise muito criteriosa e um filtro para os licenciamentos.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

AA
AB
7/12

Fechado o Ponto n.º 3, temos antes da hora do almoço, como já havia proposto, duas Propostas que chegaram à Mesa, que vamos colocar a votação, uma Proposta da Bancada do Partido Socialista, é uma Proposta para a realização de Assembleias de Crianças e Jovens, que já foi dado conhecimento da mesma e uma Proposta da CDU, apresentada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, que passo a informar:

“PROPOSTA
TOMADA DE POSIÇÃO SOBRE O PLANO ESTRATÉGICO DA ÁGUA 2030
(PENSARP 2030 - Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030)

I

Está neste momento em processo de consulta pública até ao dia 12 de maio, o projeto de Resolução do Conselho de Ministros que aprova o PENSARP 2030.

Este Plano é de uma grande importância para o setor das águas e saneamento, pois pretende definir os princípios e orientações deste setor para os próximos 10 anos. O abastecimento de água e a gestão de águas residuais a que se pretende acrescentar agora a componente das águas pluviais é de grande relevância para a vida quotidiana. Pelo que representa do ponto de vista da criação de condições para a melhoria do bem-estar e das populações, pelo elevado número de trabalhadores que envolve, pelos efeitos que provoca a nível da gestão de recursos hídricos, ainda mais significativo quando se vive em ambientes de recorrente escassez. E, ainda, pelo elevado volume de rendimentos gerado, no montante de 2, 5 mil milhões de euros em 2020, tendo o investimento acumulado entre 1993 e 2020 sido de 13,2 mil milhões de euros, perspetivando-se que nos próximos dez anos o investimento previsível andarà entre os 3,5 e os 6,6 mil milhões de euros.

Importa por isso efetuar algumas considerações sobre o conteúdo, sobretudo em torno dos seus aspetos mais marcantes.

A intervenção autárquica deve ser balizada, neste domínio, pelos seguintes princípios:

- A garantia da gestão pública da água em todos os seus níveis;
- O respeito pela autonomia local, tendo em conta o quadro constitucional e o quadro de competências das autarquias locais, considerando-se aqui a dupla perspetiva de ser cada Município a deter a responsabilidade da gestão em baixa, devendo os sistemas multimunicipais serem transformados em parcerias com titularidade municipal;
- Impedir a transformação da água num negócio, a pretexto duma pretensa atribuição de valor ao recurso água com pretextos de natureza ambiental, mas hipervalorizando a componente financeira;
- Garantir a acessibilidade económica e física dos utilizadores.

E devendo assumir-se como prioridades da intervenção:

- Assegurar a eficiência hídrica, sendo este o nó górdio que há que desatar no setor.
- Garantir a qualidade do serviço a prestar.

II

O documento em consulta pública apresenta a nível da sua visão e objetivos estratégicos, o top 3 dos objetivos extremamente importantes (de entre 4 objetivos globais e 20 objetivos específicos), a saber: sustentabilidade económica e financeira; governo e estruturação do setor (sustentabilidade estrutural do setor); sustentabilidade infraestrutural. A eficiência hídrica aparece mencionada em quarto lugar. Esta questão tem depois expressão nas medidas e incentivos (no total 85), tendo sido também apresentado o top 15 das mesmas, das quais sublinhamos as cinco primeiras: consolidação da política tarifária nas entidades gestoras; melhoria do desempenho económico e financeiro das entidades gestoras; reforço do compromisso dos diversos órgãos políticos; reforço do compromisso das entidades gestoras de titularidade municipal; e reforço do compromisso do regulador de serviços. A reabilitação de infraestruturas surge em nono lugar e a redução de perdas de água nos sistemas em décimo primeiro.

Pelo exposto está claramente indicado para onde pretendem que o setor das águas se deve encaminhar, utilizando como documento orientador este plano que depois será cozido com o que for determinado nos programas operacionais regionais de financiamento na medida em que este setor transita dum programa operacional temático para programas regionais, admitindo-se que a exemplo do que tem acontecido no quadro ainda em vigor, a (ERSAR) desempenhe um papel de indicação de cumprimento de requisitos prévios, ou mesmo que sejam posteriores, associado a orientações diretas do Governo, embora se trate de uma entidade independente. Governo que também pretende continuar com a discriminação no acesso aos fundos, conforme já se leu nos trabalhos preparatórios do Portugal 2030, com a indicação de que serão priorizadas as candidaturas de entidades associadas.

Portugal não tem atualmente um problema de qualidade da água, pois os indicadores de água segura são os adequados. O que se necessita é de desenvolver um caminho no sentido da eficiência hídrica e da redução de perdas. E para isso é necessário mobilizar recursos financeiros dos diversos instrumentos ao dispor, desde o Portugal 2030, o Fundo Ambiental, o Orçamento de Estado e os Orçamentos Municipais. Os programas regionais que vão acolher esta área, devem ser dotados dos montantes adequados para dar resposta às necessidades. Que passam pela reabilitação de infraestruturas, pela criação de zonas de medição e controlo, pela criação de zonas de controlo de pressão, pela deteção ativa de fugas e roturas e sua resolução, pela substituição de contadores onde deviam ser privilegiados os digitais e ser permitido o acesso aos fundos do PRR referentes à transição digital, e ainda por soluções de organização e gestão que aumentem os níveis de água faturada. A prioridade não pode nem deve ser a subida das tarifas ou o critério absurdo de colocar como elemento prioritário o nível de grau de cobertura de gastos, permitindo ainda por cima que possa haver margem para a remuneração de capitais investidos por entidades públicas, quando a estas incumbe prover este serviço à população e não obter lucros pela sua prestação.

AA
16.
7/12

Tendo em conta o conteúdo do documento em apreciação, a Assembleia Municipal de Mirandela reunida em 29 de abril de 2022, entende tomar a seguinte posição:

1. Emitir parecer globalmente desfavorável ao projeto de Resolução, reclamando a sua revisão e a alteração das prioridades apresentadas, dando mais enfoque no combate às perdas de água e na eficiência hídrica.
2. O Plano tal como outros instrumentos para o setor, deve garantir a sua gestão pública, e o acesso aos fundos comunitários sem qualquer discriminação ou condições prévias.
3. Que sejam adaptadas medidas de apoio aos Municípios como entidades gestoras por parte das entidades ligadas ao setor com destaque para a ERSAR e para a APA, respeitando sempre a autonomia dos municípios com realce para as opções em matéria tarifária e de forma de financiamento prevalecendo a regra das três fontes (tarifas, subsídios de exploração e subsídios ao investimento).

O Deputado Municipal da CDU

Jorge Humberto Fernandes.”

----- A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos do n.º 2 do artigo 50.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, incluir a Proposta apresentada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto*, por reconhecer a urgência de deliberação imediata sobre o mesmo.

----- Efetuada a votação, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de Tomada de Posição sobre o Plano Estratégico da Água 2030 (PENSARP 2030 - Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030), apresentada pelo Senhor Deputado *Jorge Humberto* da CDU.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Votadas as Propostas, a Mesa recupera uma outra Proposta de recomendação e com as devidas desculpas ao Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, que acabou por não seguir o trâmite formal na nossa Assembleia Municipal Extraordinária de 01 de abril, porque entretanto foi aditado aquilo que era a Ordem de Trabalhos inicial o estado da ponte Eng.º Machado Vaz, foi também apresentado o estudo das demais pontes, tendo sido ampliado o domínio da discussão.

Recupero aquilo que foi a intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, que era a recomendação para que o Executivo avaliasse a possibilidade de encomendar um estudo para uma outra ponte sobre Mirandela.

O que eu pergunto ao Senhor Deputado é se fica apenas o registo dessa recomendação ao Executivo pela sua intervenção e agora pela explicação da Mesa, ou se deseja apresentar Proposta formal para votação dessa recomendação ao Executivo de avaliar a possibilidade da construção de uma quarta ponte.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Pode ser votada hoje.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

De facto ela foi apresentada dia 01 de abril, na sua intervenção, trata-se então, de uma Recomendação para que a Câmara Municipal avalie o interesse e o alcance de um estudo suscetível de levar à construção de uma nova ponte para Mirandela, unindo as duas margens.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Recomendação para que a Câmara Municipal avalie o interesse e o alcance de um estudo suscetível de levar à construção de uma nova ponte para Mirandela, efetuada pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares* na Assembleia Municipal Extraordinária do dia 01 de abril de 2022.

Ordem do Dia

4 - Período da Ordem do Dia.

4.1 - Apreciação da Informação da Senhora Presidente da Câmara, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, na sua atual redação.

----- A Senhora Deputada Municipal *DANIELA RODRIGUES* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

AA
AB
7/12

“Após análise do documento da Informação da Senhora Presidente, houve um ponto que me fez viajar ao tempo da minha adolescência: a criação do “Grupo de Jovens Voluntários do Agrupamento de Escolas de Mirandela”.

É de louvar iniciativas destas junto das nossas crianças e jovens. É importante reforçar o sentido de Voluntariado, principalmente nos dias que correm em que, graças ao desenvolvimento tecnológico brutal, estamos cada vez mais em risco de que as nossas crianças e jovens percam a componente social e humana, componentes estas tão preciosas.

Segundo a definição das Nações Unidas, o “voluntário é o jovem ou o adulto que, devido a seu interesse pessoal e ao seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração alguma, a diversas formas de atividades, organizadas ou não, de bem-estar social, ou outros campos...”

Este voluntariado em concreto vai desempenhar um papel essencial no reforço da coesão social contribuindo para o desenvolvimento de competências sociais dos alunos voluntários.

Agrada-me também que esteja dividido em 3 áreas, pois isto irá permitir que o aluno escolha consoante a sua vocação.

Primeira Área: Apadrinhamento de alunos/turmas em entrada de ciclo;

No meu ponto de vista isto irá permitir que o novo aluno se sinta bem-vindo à nova escola, assim como poderá ajudar a reduzir episódios de *bullying*, que infelizmente existe nas nossas escolas.

Segunda Área: Capacitação na área do voluntariado promovido pelo Banco Local de Voluntariado do Município de Mirandela em apoio em atividades pontuais desenvolvidas pelo mesmo;

Esta área irá permitir que alunos participem ativamente na construção de uma sociedade mais coesa e mais solidária dentro da sua própria cidade. Estes jovens, antes de iniciarem o processo de voluntariado recebem a devida formação no Centro Comunitário do Voluntariado que funciona no edifício do Centro Cívico de Mirandela, por equipas devidamente especializadas.

Terceira Área: Apoio nas Atividades Extracurriculares desenvolvidas pela Equipa do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE) durante as férias de Natal, Páscoa e Verão.

Esta parte vai permitir que o aluno fortifique o seu sentido de responsabilidade e cooperação além de que irá construir memórias fantásticas. E digo-vos isto com o meu próprio testemunho, pois também eu fui voluntária do Movimento Juvenil Salesiano, como animadora e bons momentos passei nesta casa que hoje acolhe a nossa Sessão de Assembleia Municipal.

Isto vai sem dúvida criar valores e princípios que os nossos jovens jamais vão esquecer.

Para finalizar, vou endereçar os parabéns ao Executivo e toda a equipa da Ação Social e da Educação pela bela iniciativa.

Contudo, antes de terminar a minha intervenção, tenho que deixar registado todo o meu orgulho e o meu agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Mirandela e da Torre de D. Chama, à Santa Casa da Misericórdia de Mirandela e a todos os Mirandelenses que se uniram para prestar ajuda à Ucrânia neste momento tão difícil. Só uma comunidade tão unida seria capaz do feito de encher um camião TIR em apenas dois dias com bens e alimentos para o povo Ucrainiano. E, como mulher, também quero agradecer às Mirandelenses que no dia 08 de março, Dia Mundial da Mulher, se uniram num grupo e fizeram o seu círculo de apoio e energia com foco nas Mulheres Ucrainianas que tiveram de abandonar os seus lares em busca da Paz que é sua por Direito.

Muito obrigada pela vossa atenção.”

----- A Senhora Deputada Municipal *GRACIETE RAMOS* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Senhora Presidente, nesta sua Informação, assim como nas anteriores, menciona as atividades do BUPI - Balcão Único do Prédio.

Assim sendo, o que é o BUPI? E qual é a sua importância?

O Programa do XXII Governo Constitucional estabelece como prioridade o alargamento do sistema de informação cadastral simplificado a todo o território nacional, visando integrar a informação de planeamento territorial, do registo predial e do cadastro, de modo a identificar todos os proprietários, até 2023.

Neste sentido, a Lei n.º 78/2017, de 17 de agosto criou um Sistema de Informação cadastral Simplificada e o Balcão Único do Prédio (BUPI).

O Balcão Único do Prédio (BUPI) é um balcão físico e virtual que tem como função agregar a informação registal, matricial e georreferenciada relacionada com os prédios.

Isto é, é uma plataforma *online* que reúne informação sobre as propriedades e os seus donos, e onde os proprietários podem fazer a georreferenciação dos seus prédios rústicos e mistos e iniciar ou atualizar o registo dos seus terrenos.

Vai permitir a identificação de um terreno através de coordenadas geográficas, com o objetivo de definir num mapa a sua localização exata e os seus limites.

Outrossim, vai permitir, mapear, entender e valorizar todo o território português de forma simples.

O conhecimento dos limites e da titularidade das propriedades é fundamental para que o Município possa planear e gerir o seu território, assim garantindo a valorização e desenvolvimento sustentável deste e a qualidade de vida dos seus municípios.

Com o conhecimento adquirido, poderá ser criado mais valor para a comunidade.

Com a criação do Balcão Único do Prédio (BUPI) e do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, surgiu o Projeto Cadastra e Capacita - Implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada nas Terras de Trás-os-Montes, tendo como objetivos, além de outros, implementar o Sistema de Informação Cadastral Simplificada, ao nível dos municípios e através das Unidades de Competência Locais; elaborar o cadastro e o mapeamento da estrutura fundiária e da titularidade dos prédios rústicos e mistos do território da Comunidade Intermunicipal das Terras de Trás-os-Montes (CIM-TTM).

AA
16.
77

Resumidamente, este Projeto tem como principais atividades, além de outras, aproximar, capacitar e cadastrar no território das Terras de Trás-os-Montes, ou seja, aproximar os serviços da administração pública do cidadão e simplificar os processos; capacitar os serviços da administração pública no âmbito da implementação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada; cadastrar o número de matrizes contratualizadas no território das Terras de Trás-os-Montes.

Trata-se um projeto financiado em 85%.

Mirandela foi o primeiro Município no território da CIM-TTM a abrir o primeiro Balcão BUPi, no âmbito deste Projeto, em 13/09/2021.

Os prédios inscritos na matriz rústica objeto de representação gráfica georreferenciada no âmbito deste projeto no Município de Mirandela, ascendem a 46.603 matrizes, de um total de 93.206 matrizes, o que corresponde a 50% do total de matrizes do Município, que deverá ser cumprido no prazo de 24 meses.

O BUPi encontra-se instalado na antiga sede da Junta de Freguesia e brevemente irá ser transferido para uma loja na Praça do Mercado, o que não deixa de ser uma mais-valia para aquele espaço.

Atualmente o Município conta com seis técnicos habilitados para a realização de RGG - Representação Geográfica Georreferenciada, sendo, quatro a tempo inteiro, dispondo de quatro Balcões de Atendimento, tendo-se, até ao momento, realizado mais de 3944 processos.

Os interessados têm de proceder ao agendamento prévio no BUPi para proceder à georreferenciação dos seus prédios.

Do exposto, considero este projeto uma mais-valia, no entanto não poderei deixar de fazer um ou dois apontamentos, no sentido de prestarmos um melhor serviço à nossa população atingirmos os objetivos propostos no mesmo.

Ora, se em 6/7 meses, foram georreferenciadas cerca de 4.000 matrizes, estimo que no final do projeto, serão, pela média, georreferenciadas cerca de 20.000 matrizes, muito aquém do objetivo proposto a cumprir... as 46.603 matrizes.

Visto que, apenas dispomos de quatro técnicos a tempo inteiro, quatro balcões de atendimento, a agenda quase sempre lotada, os prazos que alguns profissionais têm para cumprir, parece-me que são poucos os recursos humanos e materiais, para que sejam alcançados os objetivos propostos no tal Projeto.

Assim, pergunto à Senhora Presidente:

Tem em vista, ou está prevista a possibilidade da afetação de mais pessoal interno, proporcionando, a abertura de mais Balcões de Atendimento, a fim de o tal objetivo ser cumprido?

Por outro lado, o concelho de Mirandela, tem atualmente 30 Juntas de Freguesia.

Sendo certo que, é a população mais envelhecida que conhece e sabe localizar as suas propriedades, as respetivas extremas e limites, e na sua maioria, pelos diversos motivos, têm dificuldades em se deslocar à sede do concelho.

Neste sentido, é necessário criar condições para aproximar os serviços da administração pública do cidadão, assim como, é necessário realizar ações de sensibilização e participação pública junto da população, que poderá, a meu ver, passar pelas Juntas de Freguesia.

Posto isto, dou como sugestão, promoverem e articularem com os Presidentes das Juntas de Freguesia, de modo a que permitam e que sejam criadas tais condições, para que os técnicos do BUPi se possam deslocar às freguesias, de forma a, que seja prestado um necessário e melhor serviço às populações.”

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, na sua informação, que nos disponibilizou, há dois pontos que gostava que, se fosse possível, me esclarecesse. Tem a ver com a questão da limpeza do concelho.

Na página 5, passo a citar aquilo que diz a sua informação: *“Para além das operações de limpeza rotineiras, foi intensificado o desmantelamento de lixeiras clandestinas a céu aberto, ao longo do concelho, nomeadamente nas bermas da estrada, taludes e desfiladeiros.*

Foi aumentada a recolha de Veículos em Fim de Vida, com o apoio incondicional da PSP local, dado tratar-se de resíduos perigosos.”

Senhora Presidente, gostava de lhe perguntar o que é que acontece àquele carro que está na Travessa da Cocheira, quem vem da Rua da República para a Cocheira, está ali um carro estacionado há mais de oito ou nove anos? Acredito que sendo no centro da cidade também devia ser alvo de recolha, porque está ali parado e abandonado.

Este era o primeiro ponto, para questioná-la porque é que ainda não foi feita a recolha desse veículo.

Em relação à questão de águas e saneamento, a Senhora Presidente na sua informação diz e passo a citar: *“Finalização do projeto de proposta de adjudicação referente ao procedimento “Aquisição de serviços de recolha, execução e fornecimento de análises de controlo da qualidade da água dos sistemas de abastecimento público, das ETAR’s, das Piscinas e das águas balneares, para 2022. Este procedimento teve um valor base, sem IVA, de 74.500,00 €.”*

Senhora Presidente, faço-lhe esta questão porque acho que é pertinente. Sabemos que a Divisão de Águas e Saneamento provavelmente terá pessoal para fazer este tipo de trabalho. Questionava: qual foi a razão para fazer esta adjudicação e quais são os critérios que estão subjacentes a esta aquisição de um serviço externo para fazer este serviço, sendo este serviço, possivelmente, prestável pelos técnicos da Câmara Municipal?

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Já me ouviram a intervir sobre este ponto, aquela máxima de que fazemos uma ponte, um edifício de uma Junta de Freguesia, de uma associação, crescemos, mas depois se não fizermos atividades não nos desenvolvemos.

Quer dizer que o crescimento e o desenvolvimento, todo ele tem que ser feito com muita qualidade para se fazer sentir e para poder melhorar o dia-a-dia das nossas populações.

Senhora Presidente, confesso, porque já me ouviram várias vezes, sob pena de me estar a tornar cansativo e sabem que no anterior mandato a meio da tarde desistia de fazer as minhas intervenções, porque já eram 19h, 20h, 22h da noite e nós ainda lá, mas vou começar a ler os documentos ao contrário. É que tenho ali dois amigos que me perguntaram qual era a dívida da Câmara Municipal de Mirandela e eu confesso que não sei.

Oiço determinados valores em campanha eleitoral, que até podem ser verdade, mas depois chegamos aqui e temos outros.

Dívida a instituições: sete milhões de euros.

Dívida a fornecedores, empreiteiros e outras entidades: quatro milhões de euros.

Há números que devíamos ter aqui, bem claros, para sabermos perfeitamente que críticas é que podemos fazer à Senhora Presidente. Críticas sérias e capazes, para obtermos respostas também capazes e eficazes, sob pena de andarmos aqui num malabarismo dos números e sob pena de até sermos injustos para consigo e contra as expectativas dos mirandelenses.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente às questões colocadas, agradecer a colocação das mesmas.

Em relação à Senhora Deputada *Daniela Rodrigues*, dizer que o espírito do voluntariado, a capacitação, o acolhimento e também a responsabilidade entre os jovens é fundamental. Esta casa onde hoje estamos representou e representa muito daquilo que são os jovens adultos de hoje. Portanto, é certo que tudo aquilo que a comunidade oferece aos jovens, está a preparar o futuro. Agradecer a relevância deste grupo de jovens voluntários com muito envolvimento do Agrupamento de Escolas de Mirandela, mas também dos serviços de Ação Social da Câmara Municipal de Mirandela.

Quanto à comunidade ucraniana, estamos todos solidários com a mesma e também com as mulheres ucranianas, as quais homenageamos no Dia da Mulher.

Relativamente à Senhora Deputada *Graciete Ramos*, o Balcão BUPi é um excelente instrumento de identificação. O registo em si, no balcão, é gratuito, mas depois há tudo aquilo que é o registo matricial e todas as envolventes de serviços externos à Câmara Municipal.

É certo que no início houve alguns problemas de coordenação e articulação com as várias entidades.

Neste momento temos efetivamente alguns recursos humanos. Ainda não alargamos a deslocalização do Balcão BUPi para as Freguesias, porque existem alguns condicionamentos técnicos e de recursos humanos que teremos que testar. Como sabem, temos um balcão de atendimento, no entanto, esse balcão de atendimento tem uma escala para atendimento. Portanto, tanto pode demorar meio dia como um dia, depende da capacidade dos próprios interlocutores, dos proprietários, da sua identificação. Temos que ter alguma experiência nesta deslocalização para que não crie ainda mais problemas à própria equipa.

Tivemos um pedido da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama e até poderia ser uma forma de as Freguesias junto ao norte do concelho poderem ir a Torre de Dona Chama, seria mais próximo, mas neste momento e como está previsto haver a deslocalização da antiga Junta de Freguesia para o Mercado e como muitos dos nossos municípios das Freguesias vêm à quinta-feira, era uma forma de agilizar este mesmo atendimento.

É um projeto que temos, esta deslocalização, mas que nos obriga a algumas questões relacionadas com a rapidez do atendimento e a forma como vamos executá-lo.

Como sabe, são recursos humanos contratados ao abrigo deste projeto financiado. Têm que ter uma formação específica e tem que estar credenciado para fazer o seu registo. Apesar de nestes 6/7 meses termos feito menos registos, também não tivemos a equipa toda completa, só temos a equipa completa muito recentemente. Portanto, acho que a capacidade de nós executarmos o trabalho vai aumentando à medida que há a prática na sua execução e no seu registo dentro da plataforma.

Algumas dúvidas que ainda existiam já estão a ser dirimidas com a tutela. De qualquer forma, vamos fazer uma avaliação a meio do ano para ver o que já fizemos e aquilo que falta fazer antes de integrar mais recursos humanos. Técnicos já temos, computadores, impressoras, tudo aquilo que é necessário está garantido. Queremos primeiro fazer a deslocalização para a Praça do Mercado. Também foi uma das questões que os comerciantes do Mercado nos pediram, foi alguns serviços públicos. Estamos a acabar as obras na loja, que vai ficar dotada também de casas de banho para podermos abrir um serviço público, neste caso, um balcão BUPi.

A deslocação às Juntas de Freguesia ficará para uma fase subsequente para ver como é que podemos fazer.

Relativamente ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, vamos tentar localizar o veículo em fim de vida. Como sabem, os veículos em fim de vida são sinalizados, são reportados às Forças de Segurança - GNR ou PSP - e depois têm que ser recolhidos e transportados para a identificação de eventuais proprietários.

Quanto à análise do controlo da qualidade de água, estamos a falar do sistema de abastecimento público, ETAR's, piscinas e águas balneares para 2022. Este é o procedimento para a realização das análises. Não fazemos análises, não temos laboratório, normalmente quem faz as análises é o laboratório que está sediado no Cachão. Foi este o procedimento que fizemos, porque internamente não fazemos análises à água. Aliás, a maior parte dos Municípios encaminham todas estas análises para o laboratório regional de Trás-os-Montes que se situa no Complexo Agro-Industrial do Cachão.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, em relação à informação, dizer que hoje vamos falar muito da Prestação de Contas. Efetivamente os números são os que estão lá. Se fizer a análise do documento tem uma coerência e reporta tudo aquilo que foi a execução do ano 2021.

Podem encontrar números diferentes e pode até encontrar números diferentes em relação à contabilidade em POCAL e em SNC-AP, ou seja, não são comparativos, porque a alteração do sistema contabilístico que tivemos em 2020 e em 2021, reportamos números de forma diferente e, portanto, a comparação, como vamos ver a seguir, não é tão linear como aquilo que podemos dizer.

AA
AB
7/12

Efetivamente podemos dar a dívida consolidada ou dívida não consolidada e aí há uma diferença de cerca de três milhões e meio de euros, porque são as empresas e depende dos resultados do ano de execução.

Em relação aos números, a não ser que haja engano num número e aí podemos efetivamente ter alguns enganos, não acredito, porque foi revisto e foi aprovado pelo Revisor Oficial de Contas, pelos técnicos da Divisão de Administração Geral, mas os números são aqueles que existem lá, têm é diferentes interpretações, diferentes rubricas e também a dívida, incluindo ou não as participadas.

4.2 - Proposta de Medidas Excepcionais de Apoio Sanitário, Económico e Social – Ratificação.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 24/03/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as “Medidas Excepcionais de Apoio Sanitário, Económico e Social”, descritas na supra referida Proposta, com efeitos a 1 de abril de 2022, revogando todas as medidas anteriormente aprovadas que se mostrem incompatíveis com a presente proposta, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Em relação a isto, penso que não há muito a dizer. Vivemos hoje uma situação muito diferente do que existia em abril de 2020 e que obrigou, por todo o lado, Mirandela não foi exceção, à tomada de medidas rigorosas e urgentes de combate à pandemia COVID-19 e à minimização do impacto económico e social da mesma.

Presentemente, fruto de um esforço global e de uma concertação inequívoca, temos uma cobertura vacinal muito elevada, serviços de saúde melhor preparados, quer em meios técnicos, como em meios humanos e um maior conhecimento do vírus e da doença.

Assim, por todo o mundo, tem-se assistido à redução das medidas restritivas a que fomos sujeitos.

Foram decrescendo gradualmente as medidas e que nos permitem estar aqui hoje nesta mais aparente normalidade dos últimos dois anos.

Depois destas fases que gradualmente fomos ultrapassando, estamos hoje numa fase de prontidão e que me parece que este documento vinca bem a previsão se caso haja alguma alteração serem novamente acionados mecanismos mais severos, se é que podemos dizer assim, mas estamos em altura de dar ênfase à normalização da vida com ênfase à normalidade e à retoma económica que tão necessária é.

Estamos na altura de permitir que a economia se relance com a realização de atividades e funcionamento normais das várias atividades, até nas nossas Freguesias - as feiras, as romarias, os eventos. Potenciar de uma forma responsável, apoiando, como a Câmara refere e bem neste documento, de forma logística e organizativa esses tão ansiados momentos.

Queria só deixar aqui uma questão à Senhora Presidente da Câmara relativa ao pavilhão da INATEL que serviu durante este tempo como Centro de Vacinação, uma infraestrutura que foi tão importante e que foi, provavelmente, uma das razões por termos tido um processo tão eficiente em Mirandela. A estrutura mantém-se ainda a esse fim destinado ou o pavilhão, que também tão necessário é para a normalização da vida das coletividades e dos próprios alunos das escolas, vai retomar um funcionamento normal?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta Proposta de Medidas Excepcionais de Apoio Sanitário, Económico e Social, como sabem, tem vindo a ser aprovada e vem à Assembleia para ratificação. Temos feito uma avaliação trimestral. Foi muito importante a aplicação destas medidas excepcionais, não só sob o ponto de vista do apoio direto, mas do apoio indireto que foi dado a várias instituições e também aos municípios em geral. Nesta fase estamos a implementar ainda algumas medidas, mas com a retoma que todos julgamos possível, apesar das dificuldades que agora surgiram com a guerra na Ucrânia, o aumento dos custos, combustíveis e materiais.

É verdade que esta ratificação é importante ser hoje presente a Sessão de Assembleia e que possamos promover e manter esta implementação até ao final do ano de 2022.

Relativamente ao pavilhão da INATEL, temos um projeto para a recuperação do piso do pavilhão, que está bastante degradado. Como sabem, o pavilhão não é propriedade da Câmara, é propriedade da fundação INATEL. Houve um acordo para iniciarmos as obras que entretanto não foi concretizado.

Estamos ainda a estudar a possibilidade de ter uma intervenção mais abrangente, tem que se fazer um contrato de comodato para podermos intervir, à semelhança daquilo que aconteceu com a Estação Ferroviária e essa intervenção mais abrangente poderia ser financiada por fundos comunitários no próximo quadro comunitário.

Estamos a avaliar ainda a questão do piso, depois de desmontarmos o Centro de Vacinação e a retoma das atividades desportivas, caso não sejam as obras efetuadas já. Se forem, as obras efetuadas já vamos ter que interromper o funcionamento até à concretização.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar a Proposta das “Medidas Excepcionais de Apoio Sanitário, Económico e Social”, com efeitos a 1 de abril de 2022, revogando todas as medidas anteriormente aprovadas que se mostrem incompatíveis com a presente proposta.

4.3 - Certificação Legal de Contas – Fernando Peixinho & José Lima, SROC, Lda. – Relatório Anual 2021.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/04/2022, que se transcreve:

**“A Câmara Municipal tomou conhecimento.
Submeter este Relatório à apreciação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *JOÃO PILÃO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Estamos numa instituição democrática e que deve pugnar sempre pela legalidade, assim como a Assembleia Municipal, tal como a Câmara Municipal.

Relativamente ao Relatório Anual de Auditoria feito por *Fernando Peixinho*, é assinalado na página 16 que existe o incumprimento do “preconizado no n.º 3, do artigo 56.º da Lei 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece a obrigatoriedade de comunicação à Tutela e às Finanças a ocorrência de desvios superiores a 15%, em dois anos consecutivos, na arrecadação da receita orçamentada”.

De facto, olhamos para a taxa de execução da receita que é em 75,55%, inferior aos 85% que é estabelecido na Lei. No exercício económico anterior certamente também foi feita uma execução inferior aos 85%.

A grande diferença na execução releva na receita de capital onde se inclui designadamente os fundos comunitários e muitos deles certamente não terão sido recebidos por falta de execução das obras que tinham sido planeadas e que deixaram por ser executadas. Portanto, verificamos que existe, de facto, um incumprimento da Lei.

Dirijo-me à Senhora Presidente para questionar:

- Tinha conhecimento desta desconformidade, desta obrigatoriedade que não foi comunicada ao Ministério das Finanças?
- Eventualmente este incumprimento pode ter alguma consequência negativa no recebimento de verbas por parte do Município de Mirandela no futuro?
- Existe alguma responsabilidade por parte do Município nesta situação?

Independentemente da resposta deixe-me que lhe diga que, na verdade e para futuro, os Orçamentos deveriam ser feitos de outra forma para garantir uma execução elevada, tendo em conta que é o Município de Mirandela que fica descredibilizado perante instituições supramunicipais e nacionais como o Ministério das Finanças quando recebem as contas do Município e veem que a execução em dois exercícios económicos é inferior àquilo que é estabelecido na Lei.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Deputado *João Pilão*, não podia deixar de comentar que a sua observação era uma das que eu tinha previsto na minha intervenção e que realmente não faz qualquer tipo de sentido não estarmos a cumprir com este requisito dos 85% de execução. Gostava de ter a confirmação da Senhora Presidente se este Município não será penalizado por não reportar essa informação às Finanças.

Antes de falar sobre esse ponto, começo por aquele que tem a ver com o Sistema de Controlo Interno.

Senhora Presidente, já não é a primeira vez e penso que tenho repetido esta minha intervenção neste ponto ao longo do seu último mandato e princípio deste.

Na alínea b) do Sistema de Controlo Interno diz o Dr. *Fernando Peixinho*: “Chamamos a atenção para a não existência de quaisquer registos na rubrica 74 – Trabalhos para a própria entidade, em parte pelo facto de os custos indiretos não se encontrarem totalmente testados nem serem imputados às obras executadas e/ou serviços prestados (mão de obra e gastos gerais), por administração do próprio Município. Tal facto traduz-se numa subavaliação desses ativos e numa idêntica subvalorização do resultado do exercício”.

Senhora Presidente, isto é recorrente. Tanto este ponto como o que vem na alínea e) onde diz que: “Não existe seguro de inventários, que permita salvaguardar potenciais responsabilidades/riscos e contingências por parte do Município”.

Falta aqui um ponto que não vem mencionado neste relatório e eu gostava de saber se é pelo facto de estar resolvido ou se é por uma questão de não ser mencionado, porque provavelmente o problema subsiste, que é o controlo das compras do Município para o armazém, as entradas dos materiais que dão entrada no armazém.

Senhora Presidente, chegamos a um ponto do seu mandato, estamos a falar já do quinto ano e continuam a subsistir estes problemas. O que lhe pergunto muito sinceramente é: qual é a dificuldade que este Executivo tem na implementação para resolver estes problemas? Porque sabemos que não faz qualquer tipo de sentido a não existência de um seguro de inventários e também não faz qualquer tipo de sentido aquilo que são os custos que são imputados aos trabalhos realizados pela Câmara Municipal.

Acho que era de bom tom, passado cinco anos, das duas três: ou se é por incompetência dos técnicos que estão à frente deste pelouro ou se é por desleixo. Não conseguimos perceber.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Dizer, antes de mais, que este documento de Prestação de Contas é um documento técnico, mas também de cariz político, porque a execução e a elaboração do Orçamento tem uma estratégia política que durante o ano vamos executando e no final do ano, de forma muito simples, fazem-se as contas daquilo que conseguimos executar e daquilo que não conseguimos executar.

AA
AB
7/12

Muito rapidamente, já tivemos o não cumprimento deste desvio, acontece que durante o ano de 2020 e em 2021 foi suspenso este artigo pelo facto de estarmos a viver períodos de COVID e efetivamente as despesas ultrapassaram de forma significativa e o Ministério das Finanças, a DGAL acabou por suspender e, portanto, não estamos sujeitos a este incumprimento, porque foi suspenso para todos os Municípios.

Isto para responder à questão da suspensão da execução.

Depois, referir que a nível do resumo da execução orçamental, isto para o Senhor Deputado *João Pilão*, dizer-lhe que os níveis de execução da Câmara de Mirandela mesmo em Executivos PSD, em 2012, por exemplo, a execução da receita foi 59,89%. Portanto, o facto de termos 75,92% não é bom, não é uma execução que gostaríamos de ter, mas só ultrapassamos os 80% em 2020, a nível da execução da receita e da execução da despesa.

Muitas vezes as rubricas que colocamos em orçamento não conseguimos executar, mas deixamos essencialmente para a execução de fundos comunitários.

Relativamente à Câmara de Mirandela ser descredibilizada nos organismos nacionais, não me parece, de todo, porque o Município de Mirandela conseguiu em 2019, antes ainda da pandemia, sair do saneamento financeiro. Como sabe, alguns Municípios do País tiveram anos chamados de “descontrolo orçamental”. Neste momento, a situação ao longo do País é uma situação mais controlada, porque uns entraram em saneamento, outros entraram em Fundo de Apoio Municipal.

Há situações que nunca foram regularizadas. Temos vindo ao longo deste mandato a regularizar e, por isso, podem ver que tivemos um resultado líquido negativo de cerca de dois milhões de euros, porque desde o início, quando implementamos o POCAL, há 20 anos atrás, nunca registamos o nosso património e, portanto, nunca amortizamos património nem depreciamos património. Isso quer dizer que tínhamos contas, em relação ao imobilizado em curso, altíssimas, mas que nunca amortizamos. Isto é fora da realidade.

Foi uma boa prática fazermos essa regularização? Foi.

Tem impacto nas contas, neste momento? Neste momento, temos que fazer mais receita para conseguir ter os mesmos resultados.

Uma coisa é o que acontece na realidade, outra coisa é o que está registado contabilisticamente. Temos dívidas que não estão registadas na contabilidade.

Ainda ontem, já que falamos tanto de seriedade e de credibilidade, nós temos juros à Resíduos do Nordeste de meio milhão de euros que nunca pagamos e temos água que não pagamos durante anos. Isso sim é mesmo preocupante.

Neste momento, estamos a tentar regularizar algumas situações, não conseguimos regularizar tudo. Fizemos efetivamente um esforço para, mesmo com dívida, conseguirmos fazer investimento. Investimento com base em orçamento municipal ainda, pese embora a cobrança da receita, em particular nos últimos dois anos, tenha corrido mal, até por causa das moratórias. Temos praticamente um milhão de euros de dívidas, de particulares e empresas, de água. Isso quer dizer que, à conta das moratórias, tudo acabou por ser mais difícil de cobrar receita.

Por isso, neste momento, temos a responsabilidade de conter dívida a limites razoáveis, não exceder determinados limites, sem deixar de aproveitar fundos comunitários e sem deixar de fazer investimento, porque não estamos aqui para pagar dívidas do passado, estamos aqui para ir pagando as dívidas, fazer forma de que o Município consiga pagar a tempo e horas, mas não podemos deixar de fazer investimento, porque senão não faríamos estradas municipais, não faríamos parques, não faríamos requalificações.

Assim, é preciso equilibrar as duas. Não há nenhuma obsessão relativamente ao pagamento de dívidas, há obsessão para melhorar e controlar internamente os custos e, por outro lado, melhorar as condições e a qualidade de vida, que é para isso que servem os gestores municipais, senão bastava metermos uma ficha de Excel, e estabelecer prioridades.

Relativamente às questões que colocou o Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer que se não está no relatório é porque está em resolução ou já está resolvido.

Quanto aos trabalhos da própria entidade, temos que evoluir, é o segundo ano que estamos a implementar o SNC-AP, ainda estamos no início, mas aquilo que devemos analisar, para além da análise custo-benefício de alguns investimentos, é também uma análise do desempenho e nós tivemos um desempenho bastante bom este ano. Podem ver isso pelo cash-flow que no Relatório do Revisor Oficial de Contas, na página 18 diz: “*Apesar do resultado líquido ser negativo as contas evidenciam um Cash-flow (meios libertos e resultado operacional) de € 1.905.788,40 o que garante a manutenção do equilíbrio financeiro de exploração e do reforço do autofinanciamento, assegurando o cumprimento do serviço da dívida, o qual ascende a aproximadamente € 980.000,00*”.

Este é um dado importante e que nos tranquiliza, apesar de sabermos a nossa responsabilidade e por isso é que mais à frente vamos falar numa candidatura ao Banco Europeu de Investimento para podermos manter o nível de investimento.

Relativamente aos trabalhos para a própria entidade, essa é uma das situações que temos efetivamente que valorizar todos os trabalhos que fazemos internamente que não são quantificados. Ou seja, qualquer calçada que possamos fazer temos que por despesas de pessoal, despesas de material, não estão imputados os custos quando fazemos trabalhos para a própria entidade. Nunca estiveram, mas é um passo que queremos até ao final do ano, em vez de termos só uma análise orçamental ou o orçamento patrimonial, termos também de custos por unidade orgânica. Esse é o nosso objetivo.

Em relação ao seguro de inventários, achamos como prioritário o seguro de acidentes pessoais, foi esse que contratualizamos. Temos alguns seguros relativamente a imóveis. Ainda não avançamos para o seguro de inventários. O seguro de acidentes pessoais não é obrigatório, só o fazemos por uma questão de prevenção e para estarmos salvaguardados.

Quanto ao seguro de inventários, como costumou dizer, temos que analisar e vamos ver tudo aquilo que o Revisor Oficial de Contas coloca na Prestação de Contas a meio do ano e no final do ano. Temos que ter atenção para ir cumprindo.

Obviamente que esta questão do património não estar registada e estar como imobilizado em curso foi o Revisor Oficial de Contas que nos avisou que tínhamos obrigatoriamente que corrigir esse desvio. É por isso que existem entidades independentes que fazem a fiscalização das contas.

AA
AB
7/12

Este relatório para nós é importante para podermos implementar tudo aquilo que nos é auditado e implementar as correções necessárias.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.4 - Prestação de Contas 2021.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/04/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2021 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;**
- 2 - Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em cumprimento do indicado preceito e ainda do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Eis o documento Prestação de Contas de 2021, resultante do Orçamento do mesmo ano, do ano de eleições autárquicas e que era desejável que fosse altamente estratégico na reeleição do atual Executivo para a Câmara Municipal de Mirandela.

Por conta dos resultados verificados, esta intervenção é seguramente das intervenções mais constrangedoras a fazer.

Durante longos 4 anos, manifestamos as nossas posições contra o rumo de desenvolvimento que este Executivo pretendia para o concelho. Expressamos em votos contra as nossas posições, sobre os documentos estratégicos que se apresentavam nesta Assembleia para votação. O eleitorado mirandense, que eu acho esclarecido, ao renovar-lhe a confiança depositada, para os próximos 4 anos, aceitou o seu programa político sem reservas, em detrimento do programa do PSD para o desenvolvimento do concelho de Mirandela. Este desfazimento de ideias e projetos e posições políticas para com o eleitorado local, leva a que a bancada do PSD, manifeste um voto de vencido, e que repense o seu futuro, o seu programa para os próximos 4 anos, por forma a ganhar novamente a confiança dos mirandenses, visto que o seu principal desígnio eleitoral, é ser um partido de poder autárquico em Mirandela.

O Relatório de Prestação de Contas, mesmo sendo um documento técnico, contabilístico e previsional, é, porventura, o Relatório mais importante para aprovação nesta Assembleia Municipal. Este documento retrata a *accountability* da gestão da *res pública* local, daí a sua importância, pois presta informação relevante e detalhada sobre as decisões políticas e de gestão, tomadas num período temporal, com relevância económica, financeira e patrimonial.

Este Relatório de Gestão, de caráter obrigatório, conforme o Regime Jurídico das Autarquias Locais, incide sobre:

- os dados económicos do Município, sobre investimento, condições de financiamento, custos e proveitos;
- a situação financeira, expressa no balanço e demonstração de resultados;
- e sobre a evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros, identificando ainda as dívidas das instituições de crédito e outras, relevantes de terceiros;
- assim como, a análise da situação patrimonial do Município, considerando o inventário, o balanço e a demonstração de resultados;

Depois desta breve introdução, a Bancada Municipal do PSD, apresenta a seguinte análise, deixando para outros Membros mais habilitados nesta Assembleia, as questões dos números:

Se bem se lembram, o Orçamento de 2020 contemplava um valor significativo de 36 milhões de euros, e que se viu reduzido para cerca de 30 milhões de euros. Reclamamos à data que éramos contra qualquer tipo de desorçamentação e os 6 milhões de euros desorçamentados e não investidos no concelho de Mirandela, era montante significativo para não ser gasto e que de certa maneira defrauda as expectativas dos mirandenses, em geral.

Portanto Senhora Presidente, ao verificar os dados do relatório de 2021, é com parcial satisfação, que verificamos pela primeira vez que o Orçamento de 2021, aprovado pelo montante total de 39,5 milhões de euros, que apesar da sua dotação corrigida para o montante de quase 41 milhões de euros, o exercício da atividade autárquica terminou com uma despesa de cerca 30,7 milhões de euros, que lhe permitiu obter uma taxa de execução de cerca de 75,18%.

Senhora Presidente, não vou fazer um ato de contrição, mas deixe-me felicitá-la, mas digo só parcialmente, porque, primeiro, não usou o expediente de desorçamentação do orçamento habitual, visto que se sente confortável com valor real atingido, de 75% de execução e pelo conhecimento que tenho, julgo ser uma excelente taxa de execução, ficando apenas por gastar cerca de 10 milhões, face à dotação corrigida, que muito jeito, repito, daria à economia e comércio local.

Senhora Presidente, em relatórios anteriores, a Oposição colocou em causa a sua capacidade de gestão e de empreender, face às taxas de execução atingidas.

A fim de trocar o elogio parcial para total, se assim o justificar plenamente, explique a esta Assembleia, o que fez de significativo, com este dinheiro e com esta taxa de execução, em termos de realização de projetos, obras e grande iniciativas, que os mirandenses manifestassem grande apreço pela sua realização, deixando nesta resposta, o dispêndio de verbas gastas no combate à Covid-19, que sem parcimónia, lhe digo, desde já, que o seu Executivo no combate à pandemia foi eficaz o suficiente.

Senhora Presidente, perguntamos-lhe o que fez de significativo a favor da melhoria do desenvolvimento do concelho, porque até aos dias de hoje, continuamos a não ver, nem sentir, como noutros mandatos o pó das estradas rasgadas, o barulho das máquinas em

obras, o cheiro a tinta fresca, como também não a vimos com toda a pompa e circunstância a Senhora Presidente a inaugurar obras suas em Mirandela ou nas Freguesias, além das que inaugurou por conta do PSD.

Senhora Presente, procuremos outros números da sua dita gestão da *res pública* de 2021.

Sobre receitas correntes e despesas correntes, os valores das receitas correntes superaram os valores das despesas correntes e verificamos que 2/3 da receita corrente são verbas transferidas pelo Estado, sendo apenas 1/3 de receitas de capital, de 4 milhões de euros, mais 1,5 milhões do que o ano anterior, e que neste último exercício autárquico, face às despesas de capital verificadas, além da verba ser totalmente investida, existiu a necessidade de recorrer a cerca de 2,53%, de verbas de receita da conta corrente, de 2,6 milhões de euros, e aqui estará, porventura, a razão pela qual o Município vive, no presente, problemas financeiros, por ter gasto cerca de 10 milhões de euros de despesas de capital, quando só tinha, apenas, 4 milhões de receita de capital, que originou o aumento da dívida, e consequentes problemas de tesouraria pois, volta a pagar com atraso a fornecedores e tem 2 meses de atraso de pagamento às Juntas de Freguesia, as verbas contratadas ao abrigo do Protocolo.

Portanto Senhora Presidente, concluímos que a toda a receita de capital, foi transformada em despesas de capital, que são as ditas despesas boas, pois são as que envolvem obras e projetos financiadas por Fundos Comunitários e que os Municípios devem explorar ao máximo, e o seu Executivo fez essa correção face a anos anteriores, mas creio que, em montantes pouco significativos, que certamente aumentarão nos próximos anos, tal o caudal de obras que se perspetiva a sua realização.

Perante os rácios orçamentais, constata-se que foi cumprido o equilíbrio orçamental, o que é de realçar positivamente, face aos 800 mil euros de *déficit* acumulado o ano anterior, decorrentes do pagamento das faturas às Águas do Norte, assim com ainda a decorrerem várias permissões de contração de despesas ao abrigo de regime excepcional das autarquias, como por exemplo, o plano de combate à pandemia Covid-19, ainda que justificadas, podiam alterar este rácio.

Senhora Presidente, tantas verbas recebidas nesses seus anos de mandato, ao nível das transferências do Orçamento de Estado, e sempre e sempre em montantes crescentes, quer receita corrente, quer receita de capital, comparativamente a mandatos e anos anteriores.

A receita total de 2021, foi de cerca de 30,6 milhões de euros, quando comparado a 2020, foi de 25 milhões de euros. Este valor representa um aumento de cerca de 5 milhões de euros, verba tão relevante, então em ano eleitoral, pois permitiu-lhe pelos menos conceber um Plano de Atividades sem quaisquer constrangimentos e se verbas faltassem, era simples, as atividades organizadas por clubes e associações, que auferem de subsídios avultados, ficavam confinadas à semelhança de anos anteriores pelo impedimento da Covid-19, e realizava apenas as de interesse político partidário, e não cai ainda por terra, a crítica que a Bancada do PSD lhe fazia, sobre os ganhos de mais receitas, à custa do híper faturamento de cobrança de água aos consumidores, porque os montantes cobrados voltaram a aproximar-se de montantes de 2019, quando à data, as queixas eram muitas por parte dos consumidores.

Relativamente à despesa total de 30,6 milhões de euros, aumentou 7 milhões em 3 anos, quando a despesa corrente aumentou 4 milhões de euros, tendo sido da seguinte forma:

Despesas com pessoal:

Sim, é verdade que a Câmara Municipal tem mais encargos com o pessoal, devido ao aumento do salário mínimo na função pública, e do aumento do número de trabalhadores decorrente da transferência de competências na área da Educação, mas confesso, em nome da bancada do PSD, que tínhamos grande curiosidade, para saber o quanto a Câmara Municipal tinha gasto em verbas ao nível do emprego temporário, tafeiros, e contratos a termo, informação que não vislumbrei, e que, gostava de obter essa resposta sua, Senhora Presidente, e lamento o facto, pois o relatório é bastante explicativo, dada a qualidade técnica apresenta e logo tinha que falhar na omissão destes dados tão importantes em ano eleitoral, ou porventura estarão na rubrica "Subsídios", com um gastos de 500 mil euros, para compensações provenientes das políticas ativas de emprego e formação profissional, e se assim for, retiro o que disse.

A Bancada do PSD, sabemos é do seguinte:

- As despesas com o Gabinete de Apoio ao Executivo aumentaram 1 milhão e 250 mil euros, atingindo no final dos 4 anos de mandato, cerca de mais 500 mil euros, comparativamente ao Executivo anterior, com os 14 avençados ao seu dispor quando o anterior Executivo apenas tinha 5, assim como tem aumentado o número de funcionários e trabalhadores ao abrigo de programas ocupacionais, que até aceitamos como sendo boa estratégia, contudo, com este aumento de despesas de pessoal, ao nível dos recursos humano de nomeação política, não temos verificado assim tanta eficiência nos ganhos para municípios, a não ser no âmbito do combate à Covid-19.

Referente à aquisição de bens e serviço correntes, saudamos a despesa contraída, o que significa mais dinheiro gasto pela autarquia na economia local.

Como as instituições do concelho, beneficiaram com atribuição de cerca de 900 mil euros, na esperança que estas entidades tenham incrementado os seus planos de atividade com mais quantidade e mais qualidade, com particular destaque para o Protocolo das Juntas de Freguesia, com cerca de 500 mil euros, que tanta autonomia conferiu as estas entidades.

Sobre as políticas seguidas, colocamos em causa a estratégia seguida, se bem que a dívida do Município ora diminui, e faz jus disso, igualmente quando retirou o Município do PSF – Plano de Saneamento Financeiro, a correr à pressa para emprego de clientela política, ora aumenta, e nada comenta.

Júlia Rodrigues, autarca de contas certas? Às vezes, quando não faz obra, melhora as contas, quando realiza obras, por vezes, até dívidas contraí para serem pagas no ano seguinte, tática velha a dos paralelos à entrada das aldeias e usada sempre que necessário para ganhar eleições.

Mas *Júlia Rodrigues* é política sensata? Às vezes é, e foi, quando baixou o IMI à taxa mínima, e fez maiores devolução do IRS às famílias, decisões que a bancada do PSD, não podia deixar de votar ao seu lado e dos mirandelenses.

Senhora Presidente, de facto a política por vezes é muito cruel. E a política dos números é ainda mais cruel e insensível, pois não transmitem as preocupações que teve com a pandemia da Covid-19, que sabemos que foram muitas. Tantas operações foram feitas, como responsável máxima da Proteção Civil que a obrigou a pensar muito à frente, concebendo hipotéticos cenários de crise e de catástrofe e que foi, repito, eficazmente diligente na resolução dos problemas.

Mas Senhora Presidente, agora como então, a Bancada Municipal do PSD, entende que a execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano de 2020, assentou uma vez mais em grandes números, mas, em termos de obra feita e adequadas para o desenvolvimento do território, ainda que perturbada pela Covid-19, foi pouco ambiciosa, pois acrescentou muito pouco e ainda não foi capaz ao fim de 4 anos de mandato, dar a transformação de qualidade ao concelho que foi propagandeada pelo "Outro Caminho" junto do eleitorado mirandense.

Senhora a Presidente, uma vez que venceu as eleições, e os mirandenses se identificaram mais com o programa PS e a sua forma de fazer política, mais o seu Executivo, depois de realizarmos a ponderação política devida sobre estes dados e outros factos, a Bancada do PSD e seu Deputados, abstêm-se nesta votação.”

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Em primeiro lugar vou começar já por discordar com o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, logo na primeira intervenção e eu confesso que não trago um documento escrito rígido, mas vou discordar já do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, quando refere que a Prestação de Contas é o documento mais importante da vida de um Município, se me permite a minha opinião, eu acho que não, acho que este documento reflete a opção de um Orçamento e das Grandes Opções do Plano, aprovadas nesta mesma “casa” e postas em curso durante o ano e para continuar só as críticas para depois parar, uma vez que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* até foi bastante elogioso em algumas coisas. Eu tenho algum fascínio por ver alguns Senhores Deputados do PSD referirem aqui alguns dados que, quando comparados com tempos idos não são propriamente simpáticos se fizermos uma comparação lógica com os tempos do PSD e o Senhor Deputado *João Pilão* referiu há pouco e trouxe aqui à tribuna a questão de execução orçamental e nós temos uma execução orçamental que face a todas as contingências dos dois anos passados, se manteve em 75 % e bem referido, sem as manobras de desorçamentação que eram comuns, quando nos 10 anos anteriores tivemos muito poucas taxas superiores à obtida no ano passado e além disso, quando falamos em défices e dívidas totais, convém referirmos que, foi já com este Executivo no mandato anterior que saímos de um Plano de Saneamento Financeiro que nos “atou as mãos” durante muitos anos, fruto de desequilíbrios orçamentais constantes e consecutivos, por parte dos sucessivos Executivos do PSD.

Posta esta crítica, parece-me que era bom fazer este reparo e não deixar passar isto em claro, porque assim tem de ser.

Eu também confesso que, não compreendo muito bem quando referem que não há nada neste momento em curso, não há obra em curso, não há nada, não se vê nada que justifique estes valores, que justifique esta despesa, que justifique tanto gasto.

O meu camarada *Mário Vilarinho* na intervenção que fez de manhã, eu já tinha aflorado a mesma questão há duas ou três Assembleias atrás e de facto elencou aqui só uma série de obras e eu aliás, não sei se os serviços da Câmara terão essa oportunidade, mas penso que se fizer um pedido para lhe ser cedido ou lhe ser fornecido um caderno com todas as obras que estão em curso, se calhar surpreender-se-á e verá que há de facto várias coisas que estão em curso neste momento e que foram postas em curso nestes dois últimos anos, que se calhar ajudam a explicar esses valores.

Eu faço aqui só um apanhado muito rápido, pegando além na intervenção do Senhor Deputado *Mário Vilarinho* há pouco, as estradas de Vale de Lagoa, Cobro e Múrias, aliás, o Senhor Deputado *Eurico Carrapatoso* veio aqui fazer um agradecimento durante a parte da manhã, Estação dos Caminho-de-Ferro, bairro do GAT, a requalificação de zonas verdes espalhadas pela cidade, as obras tão necessárias da Escola Preparatória, o Centro Municipal de Proteção Civil, a expansão da Zona Industrial, com a consequente alteração que foi feita ao projeto inicial e ainda esta semana, tivemos a assinatura do Auto de Consignação da requalificação do bairro Vale da Cerdeira, na zona de Entre Vinhas que tão reclamada era e tão necessária é há 40 anos, pelo menos.

Eu de facto vejo que a receita global tem vindo a aumentar, assim como a despesa e estamos a falar nisto, apesar de alguns encargos que a Câmara passou a ter e algumas receitas que a Câmara passou a não ter.

Eu vou aqui pegar em meia dúzia de coisas que acho que são importantes, especialmente para as pessoas que estão lá fora e que votam em nós no global, o IMI recolhido pela Câmara Municipal em três anos reduziu-se em 13 %, ficou à taxa mínima no final do mandato. Uma promessa eleitoral cumprida e que foram qualquer coisa como 400 mil euros. A parte do IRS que fica para a Câmara Municipal reduziu 31 % em três anos, é 1/3, é dinheiro que fica nos bolsos de cada um de nós. Além desta devolução, ainda há dúvidas de algumas destas medidas?!

Eu vou lembrar também aqui outra coisa, porque o Senhor Deputado *Paulo Pinto* falou nisso, falou na teoria do paralelo nas Freguesias e da obra que era tão apanágio ser feita em tempos anteriores e que depois se pagava *a posteriori*, foi este Executivo que todos os anos dá qualquer coisa, dá não, permite às Freguesias terem autonomia de quase 1 milhão de euros, foi aqui bem aprovado por todos, foi uma iniciativa que foi bem acolhida, que em quatro anos são cerca de 4 milhões de euros e que permitiu aos Senhores Presidentes de Junta deixarem de ser subservientes e deixarem de andar com a mão estendida a ir à Câmara Municipal fazer o “peditório” do paralelo e da manilha, especialmente antes das eleições. Era assim que era feito e foi assim que deixou de ser feito com este Executivo e isso obviamente que tem custos, só aqui estamos a falar de 4 milhões de euros, contas redondas.

Dizemos que há uma série de benesses e de outras questões, que foram criadas outras situações de justiça social e de equidade intermunicipal que foram criadas e obviamente, mais uma vez tem repercussões a nível orçamental. Nós temos de pensar numa coisa, ou há uma gestão de dívida, os há a gestão de uma Câmara e de um Executivo que olha para o futuro com ousadia e com confiança e sem, no entanto, dar passos em falso.

A Senhora Presidente disse há pouco e bem, que as dívidas são para se ir gerindo, alguém da Bancada do PSD, penso que em tom jocoso, pegou naquela famosa frase do Engenheiro *José Sócrates* há uns anos e que disse que: “a dívida não se paga, gere-se”, foi das frases que foi dita e ainda hoje é dita em tom jocoso que eu confesso que não compreendo porquê, no dia em que uma Câmara Municipal tiver dinheiro em caixa, das duas uma, ou tem uma cidade fabulosa, ou tem uma cidade completamente desgraçada e temos bem aqui perto situações em que têm um equilíbrio orçamental, ou dinheiro em demasia e que o Município não é propriamente o melhor exemplo. Por isso, eu falava aqui nas questões da equidade social e temos pequenas situações que eu penso que não podem de maneira nenhuma ser esquecidas e de serem escamoteadas, são evoluções e são progressos civilizacionais que só podem ser bem acolhidos e só podem ser acarinhados.

AA
AB
77

Foi nestes anos que foram isentados os passes escolares para todos, foram mantidas as refeições escolares durante as pausas letivas, foi alargada a componente de apoio à família no pré escolar até às 17.30 horas, quem tenha, como a maior parte, um trabalho até às 17.30 horas, sabe a importância que isso teve e sabe a poupança que isso tem ao final de um ano.

Bem me dirão, por acaso não me disseram, mas bem me dirão, é pouco, quem usufrui hoje em dia destas benesses, certamente dirá o contrário. E ao contrário do que disse o Senhor Deputado *Paulo Pinto* e como eu já elenquei aqui, eu sou de opinião que temos efetivamente uma cidade muito diferente do que tínhamos há cinco anos, muito diferente, temos uma cidade que não obstante desta herança pesadíssima, que já aqui hoje discutimos duas ou três vezes e esperemos bem que não apareçam mais surpresas, uma cidade que, apesar disso está melhor, está melhor e ainda irá melhorar mais. Nós estamos a passar por um processo que me faz lembrar e perdoem-me a informalidade, faz-me lembrar a cidade do Porto quando eu fui para lá estudar em 2000, a cidade parecia um estaleiro, a cidade estava completamente insuportável, coisa que Mirandela hoje não está, felizmente, mas estava insuportável do ponto de vista de trânsito, do ponto de vista de condicionamentos, passados uns anos a cidade não é a mesma, passados uns anos a cidade e qualquer um de nós que frequente a cidade, está infinitamente melhor. São estas obras em curso, são estes melhoramentos que, com qualidade, com necessidade, bem estruturadas, que estão a ser feitas, que estão a ser bem feitas e que estão a ser bem feitas em prol dos munícipes.

Eu estou convencido que hoje, como disse já, temos uma cidade melhor, vamos ter uma cidade ainda melhor e é este o caminho que optamos por seguir, é este o caminho que optamos por seguir e bem, há cinco anos e continuaremos a traça-lo, como eu digo, até os mirandenses nos confiarem o seu voto.

Quanto às questões mais técnicas, obviamente que isto não deixa de ser uma repercussão de um Orçamento aqui votado, de Grandes Opções de Plano aqui votadas e que eu deixarei para alguém, como disse o Senhor Deputado *Paulo Pinto* e bem, mais especialista tecnicamente para comentar.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, eu antes de começar a tomar a minha palavra, eu acho que há aqui uma incongruência neste sua comunicação e eu passo a explicar porquê, diz assim: “Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto...”, eu não sei qual a unanimidade que houve aqui se houve três Vereadores que abandonaram a Reunião e não fizeram qualquer tipo de votação?

Se é por unanimidade e se são sete Vereadores, são sete que têm de estar representados. Não percebo este tipo de dialética porque é a primeira vez que estou a vê-la e será provavelmente a minha ignorância, mas fica referido, porque depois de ouvir o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, fazer uma abstenção pela Bancada do PSD, eu gostava que nesta Proposta tivesse a Votação dos Senhores Vereadores do PSD, porque em Mirandela houve votos do PSD, acho que era de bom-tom e de uma forma honesta e transparente ser classificado, porque nunca vi tal coisa acontecer, aliás, isto reporta àquela questão de que “quem não quer guerra, fuge”, provavelmente será essa a opção que se toma.

Voltando ao Ponto que está em discussão, é importante falar deste Relatório de Prestação de Contas, este Relatório vem confirmar aquilo que foi a opção política do Partido Socialista, opção política que tomou quando fez o seu Orçamento portanto, não traz nada de relevante que mereça da nossa parte uma observação mais cuidada, porque faz parte obviamente da sua opção política e obviamente que as alterações que podiam haver nesta Prestação de Contas, era se algo de muito relevante acontecesse, coisa que não se passou, a não ser aquilo que já foi aqui falado pelos anteriores comunicadores neste palanque, que foi a questão da importância que este Município teve naquilo que foi a ação social aos munícipes de Mirandela e bem, e acho que faz parte desta governação a questão social, porque reporta também qual é o tecido de desenvolvimento económico-social que o nosso concelho tem e obviamente que não podemos deixar de fazer este reparo, porque analisando as contas desta Prestação de Contas, a Câmara Municipal não só prestou uma ação social aqueles que são os mais carenciados, mas também prestou uma ação social, económica e financeira a muitas entidades na nossa cidade que, provavelmente, eu não digo que fazem distribuição de dividendos aos seus sócios ou acionistas porque serão muito poucas, mas haverá algumas em que a nossa Câmara Municipal teve essa benesse social de apoio e obviamente que não temos nada contra isso, temos contra depois com as outras opções, as outras opções políticas que se têm.

A única coisa que eu gostava que fosse discutido nisto, porque este documento é um documento técnico e como disse no início, faz parte desta opção política do Orçamento que foi apresentado e que vem na sequência, aliás, eu acho que é um mal de que Mirandela padece, não só este Executivo, mas provavelmente vem na sequência do mau exemplo que tinham dos Executivos do PSD, que era a orçamentação muito acima daquilo que depois era a execução e depois nós justificamos que ficam abertas as candidaturas para aquilo que é o nosso grande défice democrático que nós temos no nosso país. Isto sim, é que nos deve interrogar, é a total subsidiodependência que nós temos, ou seja, nós estamos a chegar a um ponto, não só do nosso grave défice alimentar, mas qualquer dia, qualquer dia não, já estamos num grave défice da subsidiodependência financeira, ou seja, as Câmaras Municipais do nosso país só conseguem fazer obra com subsídios comunitários e isto é que é grave, isto é que nos devia fazer pensar a todos, como é que nós conseguimos passar esta barreira daquilo que são as opções políticas, porque depois essas opções políticas quer deste Executivo, quer dos outros do nosso país tomam, são na sequência daquilo que é o dinheiro que está disponível e onde é que se vai investir esse dinheiro, aliás, nós hoje de manhã votamos aqui por unanimidade e bem, a questão da água, um projeto que está a ser discutido em sessão pública para o ano 2020-2030, é que um dos fundamentos e é esse que nós devíamos estar contra, um dos fundamentos para aquilo que são os investimentos na questão do desenvolvimento das redes de água e de saneamento, a Comunidade Económica Europeia só permite que haja financiamento para melhoria desses sistemas se forem entidades privadas ou em associação, ou seja, se forem as Câmaras Municipais não podem concorrer.

Nós sabemos qual é a linha de pensamento a que isto nos leva, é ao neoliberalismo e ao capitalismo do lucro e é contra isto que o Partido Comunista está contra e há-de estar sempre, independentemente daquilo que possam imaginar, ou possam querer perpetuar o futuro do que é a nossa posição político partidária e estas opções obviamente que têm custos e os custos estão plasmados naquilo que nós hoje vivemos aqui, ou seja, estamos a fazer disclussões do que é que se gastou para a rotunda xpto, mas a rotunda xpto não foi feita com dinheiro da Câmara Municipal, foi com 85 % de Fundos Comunitários e esses Fundos Comunitários só estão

AA
AB
7/12

disponíveis se nós fizermos determinados investimentos, só nos dão o dinheiro para aquilo que eles querem que façamos o investimento, ou seja, não têm qualquer tipo de política orientada para as necessidades de cada Município e de cada país.

Sobre isto eu só queria fazer uma pergunta à Senhora Presidente, foi aprovado nesta Assembleia Municipal uma Recomendação acerca daquilo que nós temos tanto discutido sobre o desenvolvimento do nosso tecido empresarial de Mirandela, que é a questão dos terrenos que estão ao abandono na Zona Industrial, foi aprovada aqui uma Recomendação para que a Câmara Municipal fizesse a utilização de relevo importante para a autarquia a recuperação desses terrenos e esses terrenos serem postos à necessidade que há de muitos empresários quererem investir em Mirandela e não terem terrenos, porque aqueles terrenos estão alocados aquilo que é a especulação imobiliária e era importante, passado este tempo todo, a Câmara Municipal e aqui sim, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, aqui é onde é que nós podemos fazer política a sério, daquilo que são os interesses de Mirandela, porque é essa que nós podemos decidir diretamente e eu gostava de ter a resposta de como é que está essa recomendação que foi votada aqui nesta Assembleia Municipal.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Este não era o início da minha intervenção, mas não estava à espera de ver aqui o Líder da Bancada Rui Pacheco, a defender o Senhor Ex Primeiro Ministro *José Sócrates*, nomeadamente com a frase “A dívida não se paga... gere-se”...

Se é jocoso ou não jocoso, a frase não é nossa, a frase é do Ex Primeiro Ministro *José Sócrates*.

Estou certo que a nossa Presidente da Câmara Municipal de Mirandela não concorda com a frase... a dívida paga-se. Sejam pessoas ou entidades de bem. As dívidas pagam-se.

Quería colocar umas breves questões à Exma. Senhora Presidente sobre este Relatório e Contas que como já referiu o Líder da minha Bancada, este é o Relatório e Contas do ano em que a Exma. Senhora Presidente ganhou as eleições... é o relatório e Contas do ano eleitoral.

Se me permite a frase, gostaria de saber, com as questões seguintes, quanto custa ganhar as eleições autárquicas em Mirandela...

No ano 2021, quanto custou à autarquia que Vossa Excelência lidera, a pandemia SARS CoV-2 vulgo pandemia Covid 19?

Ainda hoje viemos aqui aprovar a “Proposta de medidas excecionais de Apoio sanitário...”...

Passamos, nomeadamente o último ano, a falar dos custos/constrangimentos da Pandemia Covid 19...

A minha questão é muito simples..., qual foi o custo para a nossa autarquia com a Pandemia Covid no ano 2021?

Desses custos, e reportando a 31-12-2021, quais são as dívidas que faltam liquidar, refiro-me nomeadamente às dívidas decorrentes da aquisição de bens e serviços? O prazo de pagamento a estes fornecedores é ou não superior ao desejado?

Outra questão que gostaria de colocar tem a ver como uma bandeira de Vossa Excelência e refiro-me ao “Carro Saúde”...

“Carro Saúde” que iniciou a sua atividade a meio do ano passado...

Exma. Senhora Presidente, quanto custou ao Município de Mirandela a atividade do “Carro Saúde” e estou só a reportar-me a 31-12-2021, a que este Relatório e Contas reproduz...

Exma. Senhora Presidente, foi realizado algum relatório que reproduza a atividade do “Carro Saúde” no ano eleitoral passado.

Se sim, quem o realizou, e em que data foi entregue ao membro do Executivo com o pelouro respetivo, porque se foi a Bancada do PSD quer tomar conhecimento da atividade do “carro saúde”.

Só mais 2 questões simples a Vossa Excelência... não a quero maçar demasiado.... mesmo que seja sempre uma simpatia ouvi-la...

Exma. Senhora. Presidente, a 31 de dezembro de 2021 qual é o prazo médio de pagamento a fornecedores da Câmara Municipal de Mirandela?

Exma. Senhora Presidente, como se comportou a dívida de capital e dívida a fornecedores da Câmara Municipal de Mirandela no ano de 2021?

Aumentou ou diminuiu?

A bem do esclarecimento dos nossos munícipes, agradecia uma resposta o mais precisa possível

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pelas questões que foram colocadas e passaremos a dar nota a todas as questões que os Senhores Deputados colocaram.

Efetivamente as questões relacionadas com a Prestação de Contas têm dois grandes objetivos que é a relevância de tudo aquilo que é as contas e também a fiabilidade, ou seja, serem fiáveis é muito importante e na avaliação dos resultados, nós fazemos a avaliação dos resultados sob o ponto de vista contabilístico, a verdade é que temos que ir mais além e fazer uma avaliação do impacto que os investimentos, que as atividades culturais e que os eventos, foram tendo ao longo do ano de 2021 e reportamo-nos ao ano de 2021 e saliento aqui a presença do Ex Vereador das Finanças, o nosso amigo *José Cunha*, que está também como público a assistir à Sessão, agradecemos a presença, uma vez que parte do ano foi da gestão do Senhor Vereador e agora é o Senhor Vice-Presidente *Orlando Pires* que acumula a tutela.

Feito este agradecimento, dizer que, nós temos efetivamente que saber o impacto das políticas, de tudo o que é a gestão orçamental e ,por isso, a nível de resultados, como disse e volto a frisar, tivemos um excelente desempenho durante o ano de 2021, com níveis de execução muito bons e a nível do exercício da atividade, eu não sei se vocês leram com atenção o Relatório de Atividades que vinha junto à Prestação de Contas, que tem efetivamente todos os projetos, obras, fiscalizações e todas as atividades e eventos, que como sabem em 2020 e 2021 estiveram reduzidos a nível de eventos, mas que tudo aquilo que vocês questionaram relativamente onde se gastou dinheiro, está efetivamente relatado no relatório de Atividades, que foi distribuído por todos os Senhores Deputados e por isso, se de facto tivessem o cuidado de analisar os documentos, veriam que as obras estão todas elencadas, a nível de Fundos

AA
AB
7/12

Comunitários, Orçamento Municipal e tudo aquilo que diz respeito à realização das várias Unidades Orgânicas, porque está feito efetivamente por Unidade Orgânica, relativamente à atividade total de 2021 na Câmara Municipal.

Agradeço também os elogios à gestão municipal do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, e portanto, dizer que, em relação às obras, não interessa inaugurar obras, interessa é que as pessoas usufruam das obras. Efetivamente não inauguramos obras, mas, não digo na cidade, eu digo em todo o concelho, foram feitas diretamente com o apoio da Câmara Municipal, por cada uma das Juntas de Freguesia uma série de infraestruturas, de melhoramentos e também na cidade que, são quantificáveis sob o ponto de vista orçamental e de execução, mas muitas delas têm um impacto muito grande na vida das pessoas e é esse o nosso objetivo, é que contribuam para o desenvolvimento territorial e acima de tudo para a coesão territorial, a coesão dentro do nosso concelho é fundamental, tanto para uma aldeia mais distante da sede, como para o centro da cidade.

Obviamente que não correu tudo de acordo com as nossas expectativas, tivemos e reportamos isso aqui em Assembleia Municipal, vários concursos públicos que ficaram desertos, várias obras que quisemos adjudicar e que não tínhamos empreiteiros para as adjudicar, o aumento e a escalada de preços a que assistimos e isso de facto criou-nos alguns problemas na execução de tudo aquilo que foi o Orçamento.

Como já dissemos, as transferências para as Juntas de Freguesia, estivemos a afetar uma parte em despesa de capital e outra parte em despesa corrente, porque de facto é para investimento, muitas das transferências que fazemos os Senhores Presidentes de Junta investem no seu próprio território e nós tínhamos a grande maioria em despesa corrente o que nos alavancou as despesas correntes.

Relativamente aos atrasos, aos pagamentos das Juntas de Freguesia, estamos a pagar com a cadência que é possível e é certo que nos últimos três meses tivemos uma questão orçamental e de tesouraria, que teve a ver com a reprogramação financeira e temporal que fizemos relativamente ao Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano para afetar outras operações e porque tivemos obras que efetivamente abrimos três concursos públicos e não tivemos concorrentes e por isso tivemos de fazer a reprogramação.

Na altura da reprogramação financeira e temporal, o Balcão do Fundo Comunitário encerra e não podemos submeter pedidos de pagamento que nos cria dificuldade para o reembolso das faturas que entretanto são várias. Tem a ver com a expansão da Zona Industrial. Posso-vos dizer que é um grande investimento que a Câmara Municipal está a fazer e que vai ter uma repercussão e um impacto direto na disponibilidade de terrenos para construção e a propósito disso, obviamente tudo o que diz respeito também à Estação de Caminho-de-Ferro e outras obras que os autos de medição são muito avultados para aquilo que é a disponibilidade da Câmara Municipal, daí o alargamento do prazo médio de pagamentos, porque tivemos o Balcão encerrado.

Uma das questões que nós ainda ontem tivemos oportunidade de referir à tutela foi que, quando estiverem em fase de reprogramação financeira não encerrem os pedidos de pagamento, para que possamos executar e que as execuções sejam acima da percentagem, para podermos ir a *Overbooking*. É óbvio que é muito mais fácil gerir uma Câmara com dinheiro no banco do que uma Câmara com dívida, obviamente que sim, isto é como nas nossas casas, nós sabemos que houve um empréstimo para pagamento de dívidas em 2013, de 7,5 milhões de euros e estamos, desde aí, a pagar acordos com as Águas do Norte para cima de 2 milhões de euros e outros processos que temos em Tribunal para irmos pagando.

É tão fácil quanto isto, nós temos receitas próprias diminutas e temos a receita do Estado que é o nosso grande volume, nós dependemos efetivamente do Estado, o único “balão” que nós temos para conseguir executar, são os apoios comunitários, isto também respondendo aqui ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizendo que efetivamente nós tentamos alavancar o investimento com o financiamento de 50 %, 70 %, 85 %, para que as obras fiquem menos caras para o Orçamento Municipal, por exemplo, as estradas das aldeias foram financiadas a 0 %, foi tudo do Orçamento Municipal e portanto, não há milagres, o que nós tentamos fazer é equilibrar o que é, cumprindo os compromissos assumidos de dívida ao banco e à banca, ir renegociando algumas dívidas para transformar empréstimos de curto prazo para empréstimos de médio e longo prazo, para podermos efetivamente cumprir todos os nossos compromissos.

De qualquer forma, a revolução que houve no anterior mandato e que vai continuar neste em relação às escolas de Mirandela, é preciso ser assinalada, porque nós falamos todos em educação e tínhamos um Parque escolar o mais degradado do norte do país, desde a Escola Secundária até à Escola Preparatória, que era a melhor que havia e que agora é a pior, vai agora ser intervencionada com uma intervenção de 2 milhões de euros, mas são investimentos que a durabilidade é para os próximos 20 anos, estamos a investir hoje e se for bem mantida vão servir as nossas populações durante os próximos 20 anos e é isso que tem de ser dito e tem de ser reforçado e toda a gente compreende que não há milagres, o dinheiro é limitado, os recursos são limitados e por isso não podemos também deixar de investir, deixar de investir na educação, deixar de investir nos apoios sociais, temos que investir também nas Juntas de Freguesia, em tudo aquilo que serve as pessoas.

Dizer-se que os Gabinetes de Apoio do anterior Executivo e deste Executivo bem, em relação aos Gabinetes de Apoio, todos sabem que está definido na lei o que são os Gabinetes de Apoio à Presidência e os Gabinetes de Apoio à Vereação, obviamente que para quem está na Câmara Municipal 30 anos tem recursos internos que possam assumir esses lugares, mas obviamente que as pessoas que saíram dos Gabinetes de Apoio estão neste momento a fazer outras funções, aliás, algumas até já entraram em mobilidade intercarreiras e neste momento têm uma situação confortável. Dizer-se que os recursos humanos de nomeação política, obviamente que são custos diretos que são ou da Câmara Municipal, ou então são elencados a outros serviços e nesses serviços também fazem o seu trabalho, como é óbvio.

E sim, eu não sirvo nenhuma clientela política, porque ao longo dos últimos quatro anos fui fortemente atacada por várias clientelas e vocês aperceberam-se sempre que o forte ataque vinha obviamente de situações menos claras e situações de envolvimento, que vão aparecer aí dentro de dias mais e mais e mais, porque de facto as coisas começam-se a saber a partir do momento que se cortam laços de desperdício de dinheiro público, isso sim é desperdício de dinheiro público, compromissos não assumidos, não pagos, prometidos e não registados, isso sim é grave e aquilo que ao longo dos muitos anos andamos a viver, foi uma terra a duas velocidades, para uns era tudo fácil, para outros era tudo difícil.

Podem-me dizer, agora é difícil para todos, pelo menos há equidade.

Em relação a todos os processos, eu trabalho com aqueles que os anteriores Executivos foram escolhendo ao longo dos últimos anos, é certo que o recrutamento nunca foi por mérito, foi sempre, isso sim, por escolhas e opções políticas, isso vê-se em muitos processos que nós temos, podem-me acusar de tudo, clientela política não, não é verdade e não faço isso como foi feito ao longo dos 20 anos e muitos dos problemas que eu efetivamente tenho e já tivemos no anterior mandato, foi a rotura com as clientelas, a

AA
AB
77

rotura com ciclos de conhecimento e de influência política que houve, que é natural quando não há rotação de ciclos democráticos, é natural, não é bom que aconteça, mas as décadas, vocês não contaram o poder em anos, contaram em décadas e foi isso que também trouxe esta necessidade de mudança, com vários problemas à nossa gestão, que a Oposição conhece bem neste momento, conhece perfeitamente cada um dos problemas, muitos dos quais conhece melhor que nós próprios, porque têm informação privilegiada em determinadas situações que aconteceram no passado. E por isso, eu não acho que a política seja cruel, a política é cruel quando as pessoas são cruéis e são cruéis porque o interesse pessoal é acima do interesse coletivo e é isso que nós não podemos deixar que aconteça, o interesse coletivo é sempre acima do interesse pessoal.

Cada um de vocês, se pensar um pouco, acham que a situação da derrocada não é uma situação incómoda para qualquer um pessoalmente? Não é incómodo pensar que em nome do interesse pessoal seria mais fácil pagarmos os 2 milhões de euros que as famílias querem? Mas qual é o interesse coletivo? O interesse coletivo determina que se a Câmara Municipal for responsável deve assumir, se a Câmara Municipal não for responsável, não sou eu que vou decidir, ou nenhum de vocês, porque isso são decisões colegiais e tem que vir à Assembleia Municipal, que vou decidir pagar, isto porque é o interesse coletivo que está em jogo, porque para pagar 2 milhões de euros ali, vão faltar 2 milhões de euros noutra obra.

De qualquer forma há uma questão que efetivamente nos preocupa, é a segurança nas pontes e isso nós já falamos e estamos a trabalhar no sentido de... até me podem dizer, para que é que foi verificar, para que é que levantou este problema? É um problema que efetivamente teria que ter sido feito já há mais tempo, provavelmente não seria tão caro.

Relativamente ao Senhor Deputado *Rui Pacheco*, em relação às Juntas de Freguesia estamos a preparar os autos de transferências, está a haver reuniões com todas as Juntas de Freguesia no sentido de que o dinheiro não seja transferência do Município, mas nós vamos reportar à DGAL, vamos aprovar aqui em junho, os autos de transferências, para que o dinheiro que nós estávamos a transferir seja diretamente depositado nas contas das Juntas e União de Freguesias. E esta situação das receitas do FEF, ainda por cima com um decréscimo previsto de 10 % no ano de 2021, vai ter efetivamente um impacto com as nossas receitas próprias de IMI, IRS, taxas de ocupação de via pública, tudo o que tem a ver com os parquímetros, houve efetivamente uma diminuição da cobrança e é essa a questão que nós vamos efetivamente ter que melhorar, com a criação de uma equipa própria para a receita, para que quem tenha equipamentos, ou quem valorize a sua casa possa pagar mais IMI do que aqueles que não têm essa situação, por isso temos obviamente reuniões agendadas com a Autoridade Tributária.

Quanto às questões das obras, o Senhor Deputado *Rui Pacheco* disse que a cidade estava muito diferente, eu tenho sempre aquela visão do concelho, para mim é tão importante fazer uma rua em Cabanelas, como uma rua em Agueiras, Alvites ou outra Freguesia qualquer, como em Mirandela e por isso essa coesão é muito importante.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, efetivamente as presenças na Reunião de Câmara, foi unanimidade nos presentes, foi votado com quatro votos a favor, é um assunto que tem a ver com o processo judicial que, obviamente temos de trazer a conhecimento à Assembleia Municipal com todos os contornos jurídicos, para vocês conhecerem a fundo o processo que levou a esta decisão do Executivo camarário.

Concordo que o Orçamento é uma opção política, é uma estratégia política, com a respetiva inscrição nas próprias rubricas e nas Grandes Opções do Plano.

Relativamente aos terrenos da Zona Industrial, a Zona Industrial antiga tem de facto alguns terrenos que ainda não estão em construção, já temos preparada uma informação e temos uma reunião da Comissão da Zona Industrial agendada, para que possam reverter a favor do Município, os que estiverem em condições de reverter e estamos a preparar para vir à Assembleia Municipal o Regulamento da Expansão da Zona Industrial, para que seja um regulamento mais ágil e mais fácil também de implementar e de decidir.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Carlos Ventura*, quanto custa ganhar eleições em Mirandela? Não sei Senhor Deputado, dependerá do ano, não sei quais são os orçamentos partidários ou dos independentes, terá normalmente valores diferentes, mas o voto de cada um é o mais importante e cada um opta por votar naqueles ou naquelas que lhe merecem essa confiança. Qual foi o custo para o nosso Município da pandemia Covid-19? Como eu lhe digo, os custos podem ser custos diretos ou indiretos, a falta de trabalhadores no local de trabalho, a questão dos isolamentos, das ausências de serviço, tudo isso não está efetivamente contabilizado, é essa análise de custo que nós queremos vir a fazer, ainda até ao final do ano, porque é muito importante nós termos essa análise. Os custos diretos aproximaram-se dos 0,5 milhões de euros.

Relativamente à dívida atual a fornecedores, são praticamente 3 milhões de euros e o prazo médio de pagamento anda nos 90 dias, isto a dívida anual a fornecedores reportando a 31/12/2021. Obviamente que o prazo de pagamento é uma das nossas preocupações, como vos disse, tivemos os pagamentos suspensos e em relação ao Carro da Saúde, eu não considero que o Carro da Saúde seja um custo, eu considero que o Carro da Saúde é um investimento. Qualquer sinalização de um doente grave de uma aldeia, para mim não tem custo. É esse o serviço de proximidade que nós queremos dar às pessoas, isso não é um verdadeiro custo, mesmo que fosse muito caro, que não é, aquilo que lhe posso dizer é que a deteção precoce, o aconselhamento, as boas práticas de vida, são fundamentais para o bem-estar e é essa a função primordial da gestão de uma Câmara Municipal.

É essa a principal função, é de proximidade e é de melhorar a qualidade de vida das pessoas e por isso, este investimento vai continuar, vai melhorar e vai ser adaptado, agora com o desconfinamento gradual ainda vamos fazer mais serviços. Tivemos o incómodo do Carro da Saúde ter começado a ir às nossas Freguesias numa fase pandémica, mas de qualquer forma tem tido um papel muito importante junto das nossas populações, em particular das populações mais envelhecidas e por isso, este investimento vai continuar. Julgo que todos concordarão que foi um excelente investimento e julgo que melhorar os serviços também é uma nossa aposta.

----- O Senhor Deputado Municipal *CARLOS VENTURA* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Estou certo que por distração, a Dr.ª *Júlia* pode dizer que o Carro Saúde é uma despesa de capital, eu até aceito isso, eu quero saber, tão simples quanto isto, quanto custou no ano de 2021 o Carro S-----aúde? Não está em causa a utilidade, se deteta um caso muito precoce, esqueça isso, não precisa de gastar tempo com isso, eu só quero saber quanto custou no ano de 2021 a atividade no Carro Saúde?

Também não me respondeu à segunda parte, foi produzido algum relatório da atividade do Carro saúde? Se foi, em que data foi e a que membro do Executivo foi entregue?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada pelas questões que colocou, como lhe disse nós não temos feita uma análise de custos, os custos associados, vencimentos, combustíveis estão no bolo global dos combustíveis, vencimentos e pagamentos de serviços. A análise de custos, obviamente que nós conseguimos chegar, os dias que o carro andou e os quilómetros que percorreu, porque está tudo registado e portanto, eu o que quis referir e não foi uma distração, no ano de 2021 custou 12 mil euros.

Efetivamente, eu acho que esta questão pedagógica do custo e do impacto é muito importante também em matéria de análise nós efetivamente fazemos, porque é uma reflexão que faz parte das nossas práticas e há pouco quando falamos nas estradas municipais, por exemplo para Vale de Lagoa, que tem pouca população, vai-me dizer que o valor de 200 mil euros numa estrada municipal para passar a população residente, cerca de 50 habitantes, qual é o custo? Se fizermos por habitante é enorme, mas essa avaliação é feita por habitante, ou é feita no potencial de crescimento da própria população? Não é isso que nós estamos sempre a reclamar ao Governo, que nós podemos ser poucos, mas temos ocupação do território, estamos a servir o nosso território e é essa a nossa preocupação, é que de facto estes serviços estejam próximos das pessoas.

Em relação às atividades, obviamente que todos os serviços fazem relatórios, com a periodicidade mensal, relativamente à viatura da saúde, em que colocam os atendimentos que são feitos, as sinalizações, obviamente que em relação do Regulamento Geral de Proteção de Dados, são dados pessoais, que não podem ser distribuídos, mas em relação ao número, obviamente que podemos e também temos esses mesmos dados reportados em relação ao atendimento do Balcão de Atendimento Móvel.

----- Efetuada a votação e estando 55 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 37 votos a favor (34 dos Membros do PS e três dos Membros Independentes), 17 abstenções (13 dos Membros do PSD e quatro dos Membros do CDS/PP) e um voto contra (do Membro da CDU), aprovar os documentos de Prestação de Contas de 2021 da Câmara Municipal, em cumprimento da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) apresentou a seguinte Declaração de Voto:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Declaração de Voto

Não é a política que agradece a obra feita, vai ser a história, pelo que votamos pela abstenção.

4.5 - Inventário 2021.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/04/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar o Inventário de 2021, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Mirandela à data de 31 de dezembro de 2021 e respetiva avaliação nos termos da alínea i) do n.º 1 do art.º 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação;
- 2 – Submeter o referido documento à respetiva apreciação da Assembleia Municipal, nos termos do n.º 2 do art.º 27.º e da alínea l) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

4.6 - Proposta de Aprovação dos Financiamentos à Linha de Crédito BEI PT 2020 | Autarquias, que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito dos programas do Portugal 2020.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/04/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar submeter à Assembleia Municipal a proposta de autorização da candidatura/contratação de empréstimo: Linha de Crédito BEI PT 2020 | Autarquias, que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito dos programas do Portugal 2020, até ao montante máximo de 4.252.605,15 €, conforme proposto.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este empréstimo que aqui vem para ser aprovado é um bom empréstimo. A olhar as obras aqui financiadas, parece-me a mim, que são obras mais significativas e de maior relevância para o desenvolvimento do concelho de Mirandela, do que aquelas que fez no anterior mandato.

Senhora Presidente da Câmara, aceita recorrer a uma Linha de Crédito BEI, não podia recorrer a três propostas de financiamento de bancos locais? E se a taxa de juro é competitiva?

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Esta é uma Linha de Crédito, que fique bem claro, é para podermos executar uma candidatura. Já fizemos um Acordo BEI por causa da dívida às Águas do Norte, aprovado no anterior mandato.

Esta Linha de Crédito tem uma vantagem significativa em relação às Linhas de Crédito Comerciais da Banca Local que é o facto de não contar para o endividamento municipal, ou seja, o facto de não contar para o endividamento municipal tem várias vantagens sob o ponto de vista da Câmara Municipal.

Estes estão centrados somente na questão do valor do investimento financiado elegível à Linha BEI. É um empréstimo ao Banco Europeu de Investimento que é para investimento e nada mais do que isso.

Algumas das operações que estão aqui já estão em execução, portanto, é para esta solidez financeira.

Não sabemos até que ponto é que conseguimos ter todas as candidaturas, porque cada operação tem uma candidatura, se vamos ter o financiamento ou a candidatura aprovada, mas, de qualquer forma, temos que aprovar em Assembleia Municipal para depois elaborarmos as candidaturas a submeter ao Banco Europeu de Investimento PT 2020.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com 52 votos a favor de: *Francisco José Esteves (PS), Paulo Manuel Pereira Rodrigues Pinto (PSD), Luísa Maria Almeida Torres Belchior (PS), João Luís Belchior Tomé Pilão (PSD), José António Costa Ferreira (PS), José Mário Pinheiro Mesquita (CDS/PP), Rui Filipe Pacheco Carrazedo (PS), Rita Bárbara Pires Messias (PS), Manuel Agostinho Beça de Sousa (PS), Hernâni Torres Moutinho (CDS/PP), Patrícia Andreia Felgueiras Pires Bernardo (PS), Carlos Fernando Avelens Freitas (PSD), José Manuel Trovisco (PS), Débora Amparo Pinheiro Pereira (PS), Mário José Medeiros Vilarinho (PS), Virgínia Maria Chéu Guedes Vaz (CDS/PP), Graciete Cláudia Alves Ramos (PS), Carlos José da Silva Pires (PSD), Luís José Herdeiro Mosqueiro (PS), Jorge Humberto Correia Fernandes (CDU), Sandra Cristina Bento Gomes (PSD), Daniela Alexandra Alves Rodrigues (PS), Virgílio António Barbosa Tavares (CDS/PP), Paulo Manuel Pinto Guedes (PS), Emanuel Sérgio Batista (PSD), Matilde Isabel Antunes Machado (PS), Rute Isabel Trigo Gonçalves (PSD), José Eduardo Evaristo Cabanas (MI-JPNF), Ilda Maria Veiga Fernandes (PS), Manuel Maria Nogueira Fontes (PS), Eurico José Lopes Montanha de Moraes Carrapatoso (PS), Duarte José Ruivo (PS), António Augusto Lopes Alves (PS), Maria Manuela Esteves (PS), António dos Anjos Mesquita (PS), Manuel Maria Figueira (PS), Vanda da Assunção Carvalho Preciso (PS), Luís Carlos Fontoura Soares (PS), Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso (PS), Carlos Alberto Grilo Monteiro (PMF), Miguel Filipe Andrade Borges (PSD), Alexandre António Sousa Alves (PSD), Maria Luísa Deimãos (PSD), Nuno José Gonçalves Nogueira (PS), Manuel João Fraga (PS), Sérgio Rui Rodrigues Ruivo (PS), Adérito de Jesus Teixeira (PS), Hélder Armando Ruivo Castelo (PS), Arménio Adérito Vaz (PSD), Luís Carlos Parafita Esteves (MJPP), Porfírio José Duarte Esteves (PSD) e António André Batista Geraldo (PS) e uma abstenção de: *Carlos Alberto Pinheiro Esteves (PSD)*, aprovar a proposta de autorização da candidatura/contratação de empréstimo: Linha de Crédito BEI PT 2020 | Autarquias, que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito dos programas do Portugal 2020, até ao montante máximo de 4.252.605,15 €.*

4.7 - Proposta de Reconhecimento do Interesse para as Populações ou para a Economia Local da candidatura “Fruição da Identidade Cultural na Freguesia de Mirandela”.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/04/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar que a Assembleia Municipal de Mirandela proceda ao Reconhecimento do Interesse para as Populações ou para a Economia Local, da candidatura denominada “Fruição da Identidade Cultural na Freguesia de Mirandela, conforme proposto.”

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o Reconhecimento do Interesse para as Populações ou para a Economia Local, da candidatura denominada “Fruição da Identidade Cultural na Freguesia de Mirandela.

4.8 - Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário - Freguesia de Torre de Dona Chama - Requalificação do Edifício do Celeiro.

----- Foi presente a deliberação da Câmara Municipal de 22/04/2022, que se transcreve:

“DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 - Aprovar a atribuição do subsídio no valor de 50.000,00 € (cinquenta mil euros), à Freguesia de Torre de Dona Chama. O pagamento será faseado, em três ocasiões, mediante a junção posterior de todos os comprovativos respeitantes à obra realizada, para a fiscalização do subsídio atribuído;**
- 2 - Submeter esta proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal.”**

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário. É um subsídio novo ou é um subsídio por cima de outro subsídio?

O Celeiro de Torre de Dona Chama era reconstruído sem telhado?

É um subsídio extraordinário, porque já houve um subsídio. Porquê extraordinário?

Não temos nada contra, porque já percebemos que este subsídio é o que vai viabilizar o outro subsídio.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Proposta de Atribuição de Subsídio Extraordinário solicitado pela Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama para a Requalificação do Edifício do Celeiro vem na sequência de uma candidatura, como consta da própria proposta, ao PDR 2020 na medida Renovação das Aldeias e dado que a mesma não contemplou obras que permitam concluir o edificado, a Junta de Freguesia efetuou este pedido de apoio extraordinário para poder fazer face à conclusão da obra.

Se houve uma candidatura, não pode haver outra candidatura, portanto, tem que ser com base no orçamento da Junta de Freguesia ou da Câmara Municipal pela aprovação de um subsídio extraordinário. Como tem um valor superior àquilo que são as nossas competências, no âmbito do valor de 50 mil euros, tem que ser aprovado em Reunião de Câmara e em Sessão de Assembleia Municipal.

A Junta de Freguesia terá que demonstrar o valor que foi gasto na execução, apresentando os documentos comprovativos, de acordo com o que está previsto nas normas de execução desta obra.

Julgo que é uma necessidade, é um edifício que já foi construído há muitos anos, que nunca foi requalificado e é um espaço que servirá para reuniões, formação, para diferentes coletividades da Junta de Freguesia, demonstrando o seu interesse público.

Assim, estamos a propor esta votação e aprovação da atribuição do subsídio de 50 mil euros.

----- Efetuada a votação e estando 53 Membros presentes, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição do subsídio no valor de 50.000,00 € (cinquenta mil euros), à Freguesia de Torre de Dona Chama. O pagamento será faseado, em três ocasiões, mediante a junção posterior de todos os comprovativos respeitantes à obra realizada, para a fiscalização do subsídio atribuído.

Outros Assuntos de Interesse para o Município

5 – Outros Assuntos de Interesse para o Município.

----- O Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *ANDRÉ GERALDO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Por mera coincidência, nunca tinha assistido, estive numa das últimas Reuniões de Câmara, uns dias antes do 25 de Abril, onde foram discutidos os assuntos que hoje estiveram aqui presentes na Ordem de Trabalhos.

Para meu espanto, isto é um repto que vou deixar aqui mais para a bancada do PSD, para os nossos colegas Presidentes de Junta, acho que era pretendente de vez em quando quem pudesse ir assistir a estas Reuniões. Fiquei um pouco surpreendido, porque os Senhores Vereadores da Oposição antes de começar a Ordem de Trabalhos deram uma explicação que não poderiam votar os assuntos, acabaram por dizer que se iriam ausentar e assim o fizeram.

O meu espanto foi no seguinte. O que foi argumentado pelo Senhor Vereador *Duarte Travanca* foi que não tinham tido tempo de analisar os documentos para fazer a votação, mas isso referia-se apenas a um ponto da Ordem de Trabalhos.

Não sei que imagem é que vocês querem dar a quem vos apoiou, se é assim que vocês pensam que os vão defender durante quase quatro anos, que ainda estão pela frente, como Oposição, porque se não tinham conhecimento para votar um único ponto era fácil, abstiveram-se ou votavam contra ou até podiam sair da sala naquele momento e voltar a retomar os trabalhos.

Éticamente e democraticamente isso deixou-me muito surpreendido pela negativa e acho que não é uma boa imagem que vocês podem dar a quem vos deu o voto de confiança.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Não vou trocar o elogio parcial por total, mas quero felicitá-la pela eleição para o secretariado nacional do PS, se bem que é uma questão partidária, mas pode ser muito relevante para o nosso concelho e para esta região.

Se a Senhora Presidente da Câmara com essa nomeação, se não fosse Presidente de Câmara no mínimo seria Ministra. Esta nomeação compromete-a politicamente, porque houve um governador civil PS que não havia Ministro nem Secretário de Estado que entrasse no Distrito de Bragança sem falar com ele antes, dizer ao que vinha. Era o que faltava à Senhora Presidente de Câmara ser uma distinta dirigente do PS e vir aqui um Ministro atribuir verbas de forma discricionária a outros concelhos limítrofes do concelho de Mirandela, porque o que está a faltar neste concelho é influência política.

Já lhe disse que tem condições para ser uma líder regional e tem condições, agora com o cargo que desempenha, de fazer mais política, porque só pode ser a política, como disse no meu discurso do 25 de Abril, que pode resolver muitos dos problemas do concelho de Mirandela.

Não podemos continuar neste silêncio, sem líderes e sem saber, muitos dos que estão lá em baixo, das nossas preocupações e ansios.

Quero felicitá-la por isso, mas também dizer-lhe que está a assumir responsabilidades públicas e naquilo que precisar da Oposição, não posso falar pelo CDS/PP, Senhora Presidente da Câmara, use o lugar, exerça a devida influência e que consiga os melhores resultados para este concelho.

É isto que lhe posso dizer, porque a nossa convicção e a nossa forma de estar nesta Assembleia vai muito para lá das eleições que possamos disputar doravante e nos próximos anos.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhor Presidente, venho apresentar uma Moção “Pelo Apoio aos Corpos de Bombeiros”.

“Moção

“Pelo Apoio aos Corpos de Bombeiros”

Os Corpos de Bombeiros mantidos por Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) prestam anualmente mais de 1 milhão e meio de serviços em todo o território nacional.

Prevenção, Vigilância e Combate a incêndios, Emergência Pré-Hospitalar, Socorro e Acidentes rodoviários, ferroviários e aéreos, Transporte de Doentes, Abastecimento de Água, e muitas outras missões de socorro e apoio às populações, fazem dos Corpos de Bombeiros o principal pilar do Sistema de Proteção e Socorro em Portugal, no geral e no nosso Concelho em Particular.

As Associações Humanitárias de Bombeiros (AHBV) em consequência do enquadramento legal do financiamento e das sucessivas suborçamentações nos Orçamentos de Estado, e das condições em que prestam os serviços no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e transporte de doentes ao Ministério da Saúde, há muito que vivem grandes dificuldades económicas, que nos últimos anos, com a pandemia, foram substancialmente agravadas com o aumento das despesas e a diminuição de receitas.

Os aumentos dos preços dos combustíveis, para muitas AHBV já está a pôr em causa o socorro e a emergência que asseguram às populações e o mesmo poderá acontecer a outras. O Governo anunciou que vai apoiar com 1500 euros cada AHBV, a título de adiantamento da compensação transitória dos encargos com combustíveis, medida que fica muito aquém do que os bombeiros necessitam e merecem.

Entre as medidas que se impõem implementar, num justo regime de financiamento das associações, conta-se a criação de um modelo de bonificação permanente dos combustíveis utilizados no exercício da missão dos corpos de bombeiros, vulgarmente designado gasóleo verde.

Assim, a Assembleia Municipal de Mirandela, reunida em 29 de abril de 2022, delibera:

1. Expressar a sua solidariedade às AHBV do concelho, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses;
2. Apelar ao Governo e aos grupos parlamentares que legislem, rapidamente, para que os Bombeiros tenham, finalmente, acesso ao gasóleo verde;
3. Recomendar ao Ministério da Saúde para cobrir os custos efetivos dos serviços protocolados e prestados pelos Corpos de Bombeiros no âmbito da Emergência Pré-Hospitalar e Transporte de Doentes.

Se aprovada a Moção esta deve ser enviada para:

- AHBV do concelho, à Federação dos Bombeiros do Distrito e à Liga dos Bombeiros Portugueses;
- Grupos Parlamentares da Assembleia da República, Governo, Ministra da Saúde.”

----- Efetuada a votação, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Moção “Pelo Apoio aos Corpos de Bombeiros” apresentada pelo Senhor Deputado Jorge Humberto da CDU.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A função e a responsabilidade de um autarca de Mirandela é uma nobre função e julgo que este mandato que nos foi conferido só nos pode encher de orgulho. O meu compromisso é com Mirandela, com os mirandelenses, com a região, com Trás-os-Montes e, por isso, estará sempre em primeiro lugar da minha vida política, pessoal e profissional.

Isto para fazer um introito às questões que foram colocadas.

Em resposta ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Freixeda e Vila Verde *André Geraldo*, dizer que a Reunião de Câmara decorreu, não terminou pela saída dos Senhores Vereadores eleitos pelo PSD, manteve-se e, portanto, acabamos por fazer tudo aquilo que tínhamos comprometido, que é essa a nossa obrigação, a nossa responsabilidade, apesar de os documentos há muitos anos, e lembro-me quando de 2009 a 2013 estava na Oposição como Vereadora, os documentos vinham sempre com 48 horas de antecedência e fazíamos sempre a análise daquilo que era a nossa visão. Em termos económicos é muito mais fácil para alguém ligado à área da Economia fazer a análise destes relatórios do que propriamente para um Veterinário e um Engenheiro Civil, à data, da Oposição e mesmo assim, não sendo da área fazemos sempre a análise naquele período de tempo.

Era uma das situações que reclamávamos sempre, mas que de facto é o cumprimento da Lei que assim está. De qualquer forma, vamos efetivamente melhorar os tempos para entrega dos documentos.

A alteração da Reunião, é preciso esta informação, foi em acordo com todos, porque tivemos o período de descanso da Páscoa, a segunda-feira de Páscoa que, segundo o Acordo Coletivo de Trabalho, não se trabalha na Câmara Municipal e, portanto, só pedimos o adiamento de quinta-feira à tarde para sexta-feira ao final da manhã. Foi um acordo que foi feito, os documentos seguiram quando ficaram finalizados e, por isso, dizer que cada um ficará com as atitudes que toma. Na Ata poderão ver a reação que tivemos, de facto, surpreendidos com uma atitude que nunca assisti, pese embora já tivesse passado por vários Orçamentos, por várias votações, nunca assisti a um voto de protesto com o abandono da sala. É certo que a agenda tinha pontos sensíveis, não foi o relatório de contas, havia outros pontos sensíveis, nomeadamente a demolição.

Julgo que assumirmos as responsabilidades e os cargos para que somos eleitos têm que ser exercidos sempre que há dificuldades e vocês, enquanto eleitos e também os Senhores Presidentes de Junta, sabem que quando têm dificuldades é quando têm que estar a assumir essas mesmas responsabilidades.

Relativamente ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, dizer que o meu comprometimento político é com Mirandela. De facto, muito me honrou a responsabilidade de pertencer ao secretariado nacional do Partido onde sou militante há muitos anos e, por isso, pretendo fazer uma boa função dentro daquilo que considero ser prioritário para o nosso concelho.

Em relação ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, apresentação da moção, na sua essência concordo com aquilo que foi solicitado. Acho que as duas Associações de Bombeiros aqui do concelho merecem o nosso reconhecimento pelo trabalho desenvolvido desde sempre e para sempre.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Finalizadas as intervenções relativamente a este Ponto 5 - Outros Assuntos de Interesse para o Município, a Mesa tem a apresentar uma Proposta aos Senhores Deputados e Presidentes de Junta de Freguesia é uma proposta comum apresentada pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares* e por mim próprio de vos propor um Minuto de Silêncio pelo falecimento recente do Jornalista *Fernando Cordeiro*, conhecido como *F. Cordeiro*, que de resto também o Município apresentou na sua página as respetivas condolências.

Eu e o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* associamo-nos a esta proposta, uma vez que fomos os três colegas do curso de Jornalismo em 1992. Portanto, temos este laço que nos une, mas muito para lá da questão pessoal, foi alguém que serviu o concelho e a região na comunicação social, difundindo tudo aquilo que era notícias em torno da nossa vida comunitária com uma expressão maior em torno do desporto.

Todos nós, creio que, devemos a ele tudo aquilo que foi o seu investimento na transmissão daquilo que a nossa comunidade vivia e aquilo que foi a sua ação enquanto Jornalista. Pelo que a Mesa propõe um Minuto de Silêncio pelo falecimento do Jornalista *Fernando Cordeiro*, conhecido como *F. Cordeiro*.

----- Efetuada a votação, obteve-se a seguinte deliberação:

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta de um Minuto de Silêncio pelo falecimento do Jornalista *Fernando Cordeiro*, apresentada pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares* do CDS/PP e pelo Senhor Secretário da Assembleia Municipal *José António Ferreira*.

----- A Assembleia Municipal efetuou um Minuto de Silêncio honra da memória do Jornalista *Fernando Cordeiro*.

2.º Período de Intervenção do Público

6 – Público - 2.º Período de Intervenção.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Encerro esta Assembleia Municipal, agradecendo, antes de mais, os vossos contributos para os trabalhos produzidos e desejo a todos um bom fim-de-semana.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 17 horas e 30 minutos.

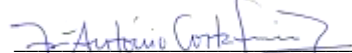
O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira